CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADOS 2024

Mafra

MUNICÍPIO DE MAFRA

ÍNDICE

Relatório Anual Consolidado 3
Entidades Incluídas no Perímetro de Consolidação 4
Sumário Executivo 14
Balanço Consolidado 17
Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidados 18
Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidados 19
Demonstração das Alterações no Património Líquido Consolidado 20
Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas 21
Demonstrações Orçamentais 44
Demonstração consolidada do desempenho orçamental 45
Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza 46

OUTROS DOCUMENTOS 47
Certificação Legal das Contas Consolidadas
Relatório e Parecer do Auditor Externo das Contas Consolidadas

RELATÓRIO ANUAL CONSOLIDADO

Apresentação

O Município de Mafra apresentou demonstrações financeiras consolidadas pela primeira vez em 31 de dezembro de 2010, conforme estabelecido inicialmente no n.º 1 do artigo 46.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro de 2007, e posteriormente pelo n.º 1 do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro de 2013, regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais em vigor.

As presentes demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas de acordo com as Normas de Contabilidade Pública (NCP) expressas do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), designadamente no cumprimento da NCP 22 - Demonstrações Financeiras Consolidadas, publicado no Decreto-Lei nº. 192/2015, de 11 de setembro.

O perímetro de consolidação do Município de Mafra engloba as empresas municipais GIATUL E.M. S.A., detida a 100% e Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Mafra, detida a 100%.

Não se verificaram alterações no perímetro de consolidação face ao exercício de 2024.

A documentação a seguir apresentada explicita as orientações seguidas relativamente à elaboração das Contas consolidadas do Município de Mafra do exercício de 2024.

ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Município de Mafra

A norma de contabilidade de gestão NCP 27, estabelece os princípios para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão que se destina a produzir informação relevante e analítica sobre gastos, e sempre que se justifique, sobre rendimentos e resultados, para satisfazer as necessidades de informação dos gestores e dirigentes públicos na tomada de decisões.

O sistema de contabilidade de Gestão do Município de Mafra, tem vindo a produzir informação relevante sobre os gastos, rendimentos e resultados desde 2021, ano da sua implementação.

A informação produzida permite hoje suportar processos de tomada de decisão bem como planear e acompanhar várias das atividades desenvolvidas pelo Município ao longo no ano, nomeadamente a repartição dos gastos pelas diversas estruturas funcionais e ou orgânicas e dos rendimentos gerados pelas diversas atividades.

Desde o final do exercício de 2023 o sistema de contabilidade de gestão estava apto a produzir informação analítica para suporte dos processos de definição de preços e taxas e avaliar o impacto de diversas decisões de gestão.

A apresentação no relatório e contas de 2023 do Mapa detalhado dos gastos por atividade com discriminação dos Gastos Totais, Gastos Diretos e Gastos Imputados discriminados pelas estruturas funcionais e ou orgânicas e Gastos Indiretos, e o acompanhamento desta informação ao longo do exercício de 2024, constituiu um marco importante na evolução e melhoria do sistema de Contabilidade de Gestão.

A análise desta informação ao longo no exercício bem como o seu resultado final permitirá efetuar no próximo ano alguns reajustes nos critérios de imputação e distribuição dos gastos indiretos.

Apesar do esforço efetuado em 2024 para diminuir o montante dos rendimentos indiretos, efetuando uma afetação dos mesmos às diversas atividades, a percentagem dos mesmos apresenta em 2024 um valor idêntico ao apurado em 2023 (67%). Esta percentagem inviabilizou o cálculo no exercício de 2024 de um Mapa de gastos, rendimentos e resultados das atividades tal como se previu no Relatório e contas de 2023.

Da análise dos dados apresentados para o exercício de 2024 merece especial destaque, desde logo o esforço de rigor efetuado na imputação primária traduzido na diminuição dos custos a distribuir em cerca de 10% face ao ano anterior.

No exercício de 2025 deverá ser possível efetuar uma afetação direta dos rendimentos na ordem dos 75% e dessa forma obter com elevado grau de fiabilidade o Resultado por atividades. Apresentam-se abaixo quadros relativos às demonstrações financeiras individuais.

	GASTOS TOTAIS POR NATUREZA	2023	2024
60	Transferências e subsídios concedidos	10 425 515	11 032 704
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0	0
62	Fornecimentos e serviços externos	28 656 891	31 620 671
63	Gastos com o pessoal	25 136 384	26 638 087
64	Gastos de depreciação e de amortização	17 049 651	17 399 910
65	Perdas por imparidade	158 365	223 681
66	Perdas por reduções de justo valor	0	0
67	Provisões do período	0	216 000
68	Outros gastos	2 613 039	2 674 480
69	Gastos por juros e outros encargos	2 132 509	2 079 212
	TOTAL	86 172 353	91 884 745

	GASTOS POR MACRO ESTRUTURA	2023	2024
	DIRETOS		
931	Orgãos	508 881	483 233
932	Gabinetes e Serviços	61 044 388	66 157 739
933	Edificios, Infraestruturas e equipamentos	18 007 089	19 376 679
	SUB-TOTAL	79 560 358	86 017 651
	INDIRETOS		
93911	Custos a afetar	0	0
93912	Custos a distribuir	4 718 890	4 259 627
93913	Custos a afetar (amortizações)	0	0
93914	Objetivos Desenvolvimento Sustentável (ODS)	89 581	51 307
93915	Gastos não imputados (especialização)	1 803 491	1 335 429
93916	Gastos não imputados	33	220 732
	Diferenças de imputação	0	0
	SUB-TOTAL	6 611 995	5 867 094
	TOTAL	86 172 353	91 884 745

	GASTOS POR MACRO ESTRUTURA	DISTRIBUIÇAO DOS GASTOS DE ESTRUTURA POR NATUREZA					2024
	DIRETOS	TRF	CMVMC	FST	PESSOAL	AMORT	OUT
931	Orgãos	3 858	0	58 139	406 432	14 156	648
932	Gabinetes e Serviços	7 848 882	0	20 169 072	25 874 815	7 489 926	4 775 043
933	Edificios, Infraestruturas e equipamentos	150 000	0	9 082 453	0	9 895 828	248 398
	SUB-TOTAL	8 002 740	0	29 309 665	26 281 248	17 399 910	5 024 089
	INDIRETOS						
93911	Custos a afetar	0	0	0	0	0	0
93912	Custos a distribuir	2 976 155	0	1 261 274	21 950	0	248
93913	Custos a afetar (amortizações)	0	0	0	0	0	0
93914	Objetivos Desenvolvimento Sustentável (ODS)	0	0	51 307	0	0	0
93915	Gastos não imputados (especialização)	53 809	0	998 426	334 889	0	-51 695
93916	Gastos não imputados	0	0	0	0	0	220 732
	Diferenças de imputação	0	0	0	0	0	0
	SUB-TOTAL	3 029 964	0	2 311 006	356 839	0	169 285
	TOTAL	11 032 704	0	31 620 671	26 638 087	17 399 910	5 193 374

MAPA DETALHADO DE GASTOS DE ESTRUTURA POR NATUREZA (excluindo diferenças de imputação) MDGE								2024
		TRF	CMVMC	FST	PESSOAL	AMORT	OUT	TOTAL
93	**Estruturas Orgânicas / Contas auxiliares**	**8 002 740**	**0**	**29 309 665**	**26 281 248**	**17 399 910**	**5 024 089**	**86 017 651**
931	Orgãos							
9311	Executivo	1 933	0	58 139	389 123	14 156	648	463 999
9312	Assembleia Municipal	1 925	0	0	17 309	0	0	19 234
932	Gabinetes e Serviços							
9321	Administração geral e finanças							
93211	Administração geral e Ass. Juridicos	18 168	0	394 402	6 426 076	51 402	7 151	6 897 198
93212	Gestão financeira	2 115 665	0	211 007	754 369	10 914	3 026 701	6 118 656
93213	Recursos Humanos	0	0	0	0	0	0	0
93219	Direção e serviços comuns (DRH)	0	0	0	0	0	0	0
9322	Urbanismo Obras Municipais e Ambiente							
93221	Obras e manutenção	554 033	0	8 311 419	2 866 425	4 939 484	1 709 464	18 380 826
93222	Planeamento Territorial e Gestão Urbanistica	1 110	0	181 037	1 269 632	1 458 805	6 650	2 917 234
93223	Ambiente, Espaços Urbanos e Rurais	0	0	0	0	0	0	0
93229	Direção e serviços comuns (DRH)	0	0	0	0	0	0	0
9323	Desenvolvimento Sócio Económico							
93231	Turismo	3 072 022	0	3 294 808	2 445 060	94 577	7 823	8 914 290
93232	Cultura	1 345 129	0	6 524 305	10 447 197	278 930	3 741	18 599 302
93233	Desporto	0	0	0	0	0	0	0
93234	Acção social e Apoio Institucional	0	0	0	0	0	0	0
93235	Educação e Juventude	0	0	0	0	0	0	0
93239	Direção e serviços comuns (DRH)	0	0	0	0	0	0	0
9324	Segurança e proteção Civil							
93241	Policia Municipal	0	0	159 390	501 757	1 501	953	663 601
93242	Serv. Mun. Proteção Civil	742 755	0	165 706	330 810	50 670	10 657	1 300 598
9325	Unidade de Planeamento estratégico e Desenvolvimento	0	0	173 249	157 328	89	0	330 665
9326	Gabinete de auditoria interna	0	0	44 729	25 637	0	0	70 365
9327	Unidade de Sistemas de Informação	0	0	572 435	285 504	380 331	106	1 238 375
9328	Gab. Apoio à presidencia e Comunicação	0	0	136 585	365 022	223 224	1 797	726 627
9329	Serviços técnicos e auxiliares							
93291	Atendimento geral	0	0	0	0	0	0	0
93292	Serviço de Limpeza	0	0	0	0	0	0	0
933	Edificios, Infraestruturas e equipamentos							
9330	Financeiro	0	0	0	0	0	0	0
9331	Edificios e outras construções							
93311	Escolares	0	0	2 360 642	0	1 419 329	15 656	3 795 626
93312	Desportivos	0	0	1 544 814	0	677 595	13 762	2 236 172
93313	Culturais	0	0	148 971	0	260 156	507	409 633
93314	Administrativos e de serviços	0	0	708 010	0	263 765	1 951	973 727
93315	Centros de saude	0	0	906 034	0	59 151	764	965 949
93316	Habitação Social	0	0	19 584	0	90 715	204 252	314 550
93317	Comerciais e industriais	150 000	0	301 529	0	464 870	2 140	918 539
93318	Parques de estacionamento	0	0	31 522	0	196 547	3 196	231 265
93319	Cemitérios e casas mortuárias	0	0	13 182	0	20 017	424	33 622
9332	Infraestruturas							
93321	Rodoviárias	0	0	794 698	0	5 130 735	0	5 925 433
93322	Sistemas de esgotos	0	0	1 278	0	119 418	3 416	124 112
93323	Sistemas de abastecimento de água	0	0	215	0	385	0	600
93324	Redes de comunicações	0	0	0	0	807 356	0	807 356
93325	Terrenos Diversos	0	0	0	0	0	0	0
93326	Iluminação Pública	0	0	1 100 424	0	52 357	0	1 152 780
93327	Jardins	0	0	635 463	0	7 535	1 385	644 383
93328	Ecocentro do Gradil	0	0	2 101	0	0	0	2 101
9333	Equipamentos							
93331	Viaturas	0	0	284 522	0	255 127	947	540 595
93332	Maquinas	0	0	17 596	0	69 386	0	86 982
93333	Equipamentos	0	0	11 247	0	1 384	0	12 631
93339	Gastos comuns das viaturas e equipamentos	0	0	200 621	0	0	0	200 621

DETALHE DAS CONTAS AUXILIARES							2024
		TRF	CMVMC	FST	PESSOAL	AMORT	OUT	TOTAL
939	Contas auxiliares							
93 911	custos a afetar	0	0	0	0	0	0	0
93 912	custos a distribuir	2 976 155	0	1 261 274	21 950	0	248	4 259 627
93 913	Custos a afetar (amortizações)	0	0	0	0	0	0	0
93 914	proveitos a distribuir	0	0	51 307	0	0	0	51 307
93 915	Gastos não imputados (especialização)	53 809	0	998 426	334 889	0	-51 695	1 335 429
93 916	Gastos não imputados	0	0	0	0	0	220 732	220 732
							TOTAL	5 867 094

MAPA DETALHADO DE GASTOS POR ATIVIDADE							2024
		GASTOS TOTAIS	GASTOS DIRETOS	GASTOS IMPUTADOS			GASTOS INDIRETOS
				Orgãos	Gabinetes e serviços	Edif. Infraest. e Equip.	
941	Administração geral						
9411	Equipamento rural e urbano	2 012 269	0	15 404	1 534 410	273 194	189 261
9412	Segurança e Ordem Pública	4 104 913	32 381	30 808	3 068 820	594 382	378 522
9413	Ambiente e Saneamento Básico	10 188 158	0	77 019	7 672 051	1 492 782	946 306
9414	Industria e energia	3 165 049	0	15 404	1 534 410	1 425 974	189 261
9419	Outras Funções da Administração Geral	2 012 269	0	15 404	1 534 410	273 194	189 261
942	Actividades sociais						
9421	Educação	31 363 997	15 936 169	92 423	9 206 461	4 993 378	1 135 567
9422	outras	2 016 973	0	15 404	1 534 410	277 898	189 261
9423	Saúde	5 548 807	1 254 079	30 808	3 068 820	816 578	378 522
9424	Acção Social	7 002 412	578 045	46 212	4 603 231	1 207 142	567 783
9425	Culturais Recreativas e Religiosas	7 681 963	1 012 026	30 808	3 068 820	3 191 787	378 522
943	Actividades economicas						
9431	Comercio e Turismo	6 808 498	197	46 212	4 603 231	1 591 076	567 783
9432	Industria e energia	4 024 538	0	30 808	3 068 820	546 387	378 522
9433	Transportes e comunicações	2 427 202	0	15 404	1 534 410	688 127	189 261
9439	Outras funções económicas	2 453 361	120 966	15 404	1 534 410	593 321	189 261
944	Outras	0					
9441	Candidaturas	1 069 574	1 069 574				
9442	Candidaturas	4 762	4 762				
		91 884 745	20 008 197	477 519	47 566 715	17 965 219	5 867 094

	RENDIMENTOS TOTAIS POR NATUREZA	2023	2024
70	Impostos, contribuições e taxas	54 965 618	61 477 757
71	Vendas	16 644	33 091
72	Prestações de serviços e concessões	7 264 795	8 363 382
73	Variações nos inventários da produção	0	0
74	Trabalhos para a própria entidade	0	0
75	Transferências e subsídios correntes obtidos	24 266 179	25 822 559
76	Reversões	640 583	2 258 368
77	Ganhos por aumentos de justo valor	0	0
78	Outros rendimentos	5 887 775	5 768 450
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	970 887	1 141 903
	TOTAL	94 012 481	104 865 509

	RENDIMENTOS POR MACRO ATIVIDADES	2023	2024
	DIRETOS		
941	Administração geral	10 866 454	12 365 435
942	Atividades sociais	16 329 999	19 370 895
943	Atividades econónimas	1 887 908	2 043 245
944	Outras	1 833 801	579 474
	SUB-TOTAL	**30 918 163**	**34 359 049**
	INDIRETOS		
9493	Proveitos Indiretos	57 204 133	61 620 661
9495	Proveitos não imputados (especialização)	1 825 387	3 193 884
9496	Proveitos / Compensação de gastos	1 602 748	1 767 399
9497	Proveitos não imputados	2 462 050	3 924 515
	Diferenças de imputação	0	0
	SUB-TOTAL	**63 094 318**	**70 506 460**
	TOTAL	**94 012 481**	**104 865 509**

	RENDIMENTOS POR MACRO ATIVIDADES	DISTRIBUIÇAO DOS RENDIMENTOS DAS ATIVIDADES POR NATUREZA					2024
	DIRETOS	**IMP & TAXAS**	**VENDAS**	**PREST. SERV.**	**TRF. E SUBSID.**	**JUROS**	**OUT**
941	Administração geral	9 927 799	0	2 185 656	74 000	0	177 980
942	Atividades sociais	46 865	18 796	5 584 889	13 497 148	0	223 198
943	Atividades econónimas	1 290 047	14 294	571 415	158 320	0	9 168
944	Outras	0	0	12 598	566 876	0	0
	SUB-TOTAL	**11 264 711**	**33 091**	**8 354 557**	**14 296 344**	**0**	**410 346**
	INDIRETOS						
9493	Proveitos Indiretos	47 643 240	0	8 572	11 079 458	1 141 932	1 747 459
9495	Proveitos não imputados (especialização)	2 586 674	0	253	446 757	-29	160 229
9496	Proveitos / Compensação de gastos	-16 870	0	0	0	0	1 784 269
9497	Proveitos não imputados	0	0	0	0	0	3 924 515
	Diferenças de imputação	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
	SUB-TOTAL	**50 213 045**	**0**	**8 825**	**11 526 215**	**1 141 903**	**7 616 472**
	TOTAL	**61 477 757**	**33 091**	**8 363 382**	**25 822 559**	**1 141 903**	**8 026 818**

MAPA DETALHADO DE RENDIMENTOS DAS ATIVIDADES POR NATUREZA (excluindo diferenças de imputação) MDRA								2024
		IMP & TAXAS	VENDAS	PREST. SERV.	TRF. E SUBSID.	JUROS	OUT	TOTAL
94	**Actividades e funções**	**11 264 711**	**33 091**	**8 354 557**	**14 296 344**	**0**	**410 346**	**34 359 049**
941	Administração geral							
9411	Equipamento rural e urbano							
94111	Ordenamento do território	2 915 680	0	224 831	74 000	0	0	3 214 512
9412	Segurança e Ordem Pública							
94121	Policia Municipal	137 833	0	10 283	0	0	0	148 116
94122	Proteção civil	0	0	0	0	0	0	0
9413	Ambiente e Saneamento Básico							
94131	Expl/Manut/Repar Redes Púb Drenagem Águas Pluviais	0	0	0	0	0	0	0
94132	Abastecimento Agua	0	0	0	0	0	0	0
94133	RSU	6 143 806	0	0	0	0	0	6 143 806
94134	Saneamento Básico	11	0	0	0	0	0	11
94135	Ambiente	193	0	0	0	0	0	193
9414	Industria e energia							
94141	Iluminação Publica	0	0	1 847 702	0	0	0	1 847 702
9419	Outras Funções da Administração Geral	730 276	0	102 839	0	0	177 980	1 011 096
942	Actividades sociais							
9421	Educação							
94211	Creche	0	0	272 584	210 841	0	0	483 425
94212	Ensino Pré-escolar	0	0	1 253 951	2 060 605	0	0	3 314 557
94213	Ensino 1º Ciclo	1 995	0	1 235 299	3 751 190	0	-5 387	4 983 097
94214	Ensino 2º Ciclo	0	0	0	1 369 149	0	0	1 369 149
94215	Ensino 3º Ciclo	0	0	0	2 307 285	0	0	2 307 285
94216	Ensino Secundário	0	0	0	1 683 078	0	0	1 683 078
9422	outras	0	0	0	0	0	0	0
9423	Saúde							
94231	Higiene Pùblica e sanidade Veterinária	10 202	0	0	46 505	0	0	56 707
94232	Serviços de Saude	0	0	0	0	0	0	0
94238	Tansferência de competências	0	0	0	1 494 466	0	0	1 494 466
9424	Acção Social							
94241	Apoio Social	0	0	0	30 923	0	0	30 923
94242	Apoio Institucional	0	0	0	0	0	0	0
94243	Habitação	2 068	0	208 497	0	0	0	210 565
94248	Transferência de competências	0	0	0	543 105	0	0	543 105
9425	Culturais Recreativas e Religiosas							
94251	Diretas	32 599	18 796	2 614 558	0	0	228 585	2 894 538
94252	Indiretas	0	0	0	0	0	0	0
943	Actividades economicas							
9431	Comercio e Turismo							
94311	Mercados e Feiras	107 801	0	0	0	0	0	107 801
94312	Promoção Turistica	1 179 944	14 294	0	0	0	40 650	1 234 889
94313	Rendas e Concessões de Infraestruturas	1 270	0	484 059	0	0	-31 482	453 847
9432	Industria e energia							
94321	Energia	0	0	0	158 320	0	0	158 320
94322	Industria	0	0	0	0	0	0	0
9433	Transportes e comunicações	0	0	34 036	0	0	0	34 036
9439	Outras funções económicas							
94391	Atividades Edifício Municipal de Serviços-Assemb.Munic.Loja C	0	0	0	0	0	0	0
94392	Atividades Mafra Business Factory	856	0	14 444	0	0	0	15 300
94393	Atividades Ericeira Business Factory	176	0	38 875	0	0	0	39 051
944	Outras							
9441	Candidaturas							
94411	Serviços Gerais de Administração Pública	0	0	0	0	0	0	0
94412	Segurança e ordem públicas	0	0	0	49 698	0	0	49 698
94413	Educação	0	0	0	0	0	0	0
94414	Saúde	0	0	0	0	0	0	0
94415	Segurança e acção sociais	0	0	0	43 582	0	0	43 582
94416	Habitação e serviços colectivos	0	0	0	344 001	0	0	344 001
94417	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	0	0	12 598	100 000	0	0	112 598
94418	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	0	0	0	0	0	0	0
94419	Industria e Energia	0	0	0	0	0	0	0
94420	Tansportes e comunicações	0	0	0	0	0	0	0
94421	Comércio e Turismo	0	0	0	0	0	0	0
94422	Outras	0	0	0	29 595	0	0	29 595

GIATUL E.M. S.A

A GIATUL, E.M.S.A. é uma empresa municipal de capitais totalmente públicos constituída nos termos da Lei n.º 58/98, de 18 de agosto, a qual tem por objeto social o exercício de atividades de interesses público municipal de natureza turística e recreativa, em particular no que se refere ao Parque de Campismo Mil Regos ou Ericeira Camping, infraestrutura que justificou a criação desta sociedade.

Foi constituída em junho de 2004 com o Capital Social de 500.000,00 €, pelos acionistas Município de Mafra com 80% e a Orbitur – Intercâmbio de Turismo, S.A. com 20% do referido capital.

Em março de 2005 o parceiro Orbitur, S.A., cedeu a sua posição de acionista à empresa Bluematrix – Atividades Turísticas, Lda., mantendo-se o valor das quotas com a mesma distribuição.

Em março de 2008 a Bluematrix, Lda., cedeu a sua posição societária à empresa Imoestrela – Sociedade de Investimentos da Serra da Estrela, S.A., mantendo-se o valor nominal das quotas.

Em agosto de 2010 a Imoestrela, S.A., cedeu a sua posição societária à empresa Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias E.M.S.A..

Em 10 de Abril de 2012, por deliberação da Assembleia Municipal de 27 de fevereiro de 2012, procedeu-se à fusão por incorporação da Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A., tendo sido transferido todo o património desta, com todos os seus elementos ativos e passivos, direitos e obrigações.

A sociedade incorporante alterou a firma para "GIATUL – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M. S.A..

A empresa tem como objeto, o exercício das seguintes atividades de interesse público municipal:

a. Exploração do Parque de Campismo de Mil Regos;
b. Conservação e manutenção de todos os espaços, instalações e equipamentos do Parque de Campismo;
c. Realização de investimentos para a expansão da atividade do Parque de Campismo, de acordo com a vocação e dentro dos limites do terreno que ocupa;
d. Conceção, construção, manutenção e reforço de infraestruturas urbanísticas, incluindo infraestruturas da rede viária municipal urbana ou rural de acordo com a programação aprovada pelo Município sob proposta da empresa;

e. Instalação e manutenção de todos os espaços e equipamentos públicos ou de utilização coletiva que sejam de propriedade do Município, bem como de mobiliário urbano;

f. Conservação, restauração, reparação ou beneficiação do parque imobiliário do concelho de Mafra que seja propriedade do Município;

g. Execução administrativa de obras realizadas em imóveis que não pertençam ao Município;

h. Gestão da concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão e respetivas infraestruturas, no Município de Mafra.

A título acessório, a empresa poderá exercer outras atividades, de âmbito municipal, nas áreas da cultura, do desporto e da educação, designadamente a prestação de serviços, bem como a exploração de outras atividades de turismo e lazer que se revistam de interesse público municipal.

A GIATUL, em 2023, apresentou pela primeira vez as suas demonstrações financeiras de acordo com as Normas de Contabilidade Pública (NCP) expressas do Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Publica (SNC-AP), publicado no Decreto-Lei n.º 792/2015, de 11 de setembro.

Na adoção do novo referencial contabilístico há a referir que:

a. A transição do normativo anterior (SNC e respetivas NCRF) para as NCP não afetou a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa relatados; e

b. As primeiras demonstrações financeiras de acordo com as NCP não são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas.

Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Mafra

Os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Mafra, doravante designados por SMAS de Mafra, são um organismo público de interesse local, que integram a estrutura organizacional do Município, dotados de autonomia administrativa, financeira e técnica e explorados sob forma empresarial, cuja gestão é entregue a um Conselho de Administração.

As atribuições dos SMAS de Mafra compreendem, nomeadamente:

- A captação, a adução, o tratamento e a distribuição de água potável ao domicílio;
- A receção, a drenagem e o tratamento de águas residuais;
- A construção, a ampliação, a conservação, a remodelação e a gestão dos sistemas públicos de distribuição.

Os Serviços Municipalizados de Água e de Saneamento de Mafra (SMAS de Mafra), iniciaram a gestão e exploração dos Sistemas de Água e Saneamento a 1 de setembro de 2019. Desde então, a atividade dos SMAS de Mafra tem prosseguido, assegurando o funcionamento normal dos serviços de abastecimento de água e de recolha e tratamento das águas residuais domésticas no município de Mafra.

O Conselho de Administração dos SMAS de Mafra, de acordo com as suas competências, apresentou o seu Relatório e Contas do ano 2023, elaborado de acordo com as disposições consagradas no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, tendo sido alterado pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro, que determinou que todas as entidades que integram as Administrações Públicas, ficam a ele sujeitas.

A norma de contabilidade de gestão NCP 27 estabelece os princípios para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão que se destina a produzir informação relevante e analítica sobre gastos, e sempre que se justifique, sobre rendimentos e resultados, para satisfazer as necessidades de informação dos gestores e dirigentes públicos na tomada de decisões, designadamente, nos SMAS de Mafra, na determinação de preços e tarifas de prestação de serviços que devem estar justificadas pelo seu gasto.

Assim, apresenta-se abaixo demonstração dos resultados por atividade individual dos SMAS de Mafra.

Demonstração dos Resultados por Atividade

DR por natureza individual do período findo em 31 de dezembro de 2024 Valores expressos em euros

Rendimentos e Gastos	2024	AA (a)	AR (a)	AP
Impostos, contribuições e taxas	346 802,36	239 191,14	107 611,22	0,00
Vendas	7 787 900,46	7 787 900,46	0,00	0,00
Prestações de serviços e concessões	11 358 831,83	3 191 991,40	7 936 286,28	230 554,15
Transferências e subsídios correntes obtidos	61 473,70	27 078,09	34 395,61	0,00
Trabalhos para a própria entidade	216 147,56	205 699,96	10 447,60	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-4 611 894,00	-4 586 739,16	-21 890,80	-3 264,04
Fornecimentos e serviços externos	-4 908 668,50	-1 276 354,10	-3 405 024,29	-227 290,11
Gastos com pessoal	-2 929 707,46	-1 534 804,32	-1 366 247,28	-28 655,86
Transferências e subsídios concedidos	-1 247,25	-636,10	-611,15	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-1 794,94	-915,42	-879,52	0,00
Outros rendimentos	122 807,96	54 719,09	39 433,01	28 655,86
Outros gastos	-411 032,56	-294 899,17	-116 133,39	0,00
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento	**7 029 619,16**	**3 812 231,87**	**3 217 387,29**	**0,00**
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-4 447 131,86	-2 653 842,99	-1 793 288,87	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	**2 582 487,30**	**1 158 388,88**	**1 424 098,42**	**0,00**
Juros e rendimentos similares obtidos	107 471,11	54 810,27	52 660,84	0,00
Juros e gastos similares suportados	-867 183,47	-442 263,57	-424 919,90	0,00
Resultado antes de impostos	**1 822 774,94**	**770 935,58**	**1 051 839,36**	**0,00**
Imposto sobre o rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	**1 822 774,94**	**770 935,58**	**1 051 839,36**	**0,00**

Notas:

AA = Atividade Abastecimento de Água

AR = Atividade Saneamento de Águas Residuais

AP = Atividade Águas Pluviais (Protocolo Município de Mafra)

(a) Após imputação dos Rendimentos e Gastos comuns em função do nº de clientes de cada atividade

SUMÁRIO EXECUTIVO

Os procedimentos de consolidação utilizados consistem na:

a. agregação de itens idênticos de ativos, passivos, património líquido ou capital próprio (conforme apropriado), rendimentos, gastos e fluxos de caixa da entidade que controla e das entidades controladas;

b. compensação (eliminação) da quantia escriturada do investimento da entidade que controla em cada uma das entidades controladas e a proporção do património líquido ou capital próprio (conforme apropriado) em cada uma das entidades controladas; e

c. eliminação na totalidade dos ativos, passivos, património líquido ou capital próprio (conforme apropriado), rendimentos, gastos e fluxos de caixa relativos a transações entre entidades integradas no Grupo Público (rendimentos ou gastos resultantes de transações intragrupo que estão reconhecidos em ativos, nomeadamente em inventários ou ativos fixos tangíveis são eliminados na totalidade).

Foi elaborado o Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados consolidados, a Demonstração consolidadas dos Fluxos de Caixa e a Demonstração consolidada das alterações do património líquido, recorrendo a informações dos anexos e fluxos de caixa das contas individuais, das próprias demonstrações financeiras e de outras informações externas obtidas.

De seguida, em termos consolidados, apresentamos uma breve análise aos valores obtidos na elaboração das Demonstrações financeiras consolidadas, ao nível do seu Balanço e da sua Demonstração dos resultados.

Relatório-Síntese das Demonstrações Financeiras Consolidadas do ano 2024

Balanço Consolidado 2024

O Balanço Consolidado agrega, num conjunto de rubricas, os bens, direitos e obrigações do "Grupo" Municipal, sobre os quais incidirá a respetiva análise.

- O Balanço Municipal Consolidado evidencia um Ativo Líquido total de 434,1 milhões de euros, constituído maioritariamente por ativos imobilizados que ascendem a 350,8 milhões de euros (80,8% do total do balanço);
- O ativo corrente consolidado corresponde a 17,8% do ativo líquido, com destaque para as Outras contas a receber (8,8%) e os depósitos e caixa (8,2%);
- Os Fundos Próprios Municipais consolidados cifram-se em 304,8 milhões de euros, registando um aumento de 24,4 milhões de euros, fundamentalmente devido ao resultado do exercício e a ajustamentos efetuados em Outras variações no património líquido;
- O total do Passivo consolidado do Balanço Municipal soma 129,4 milhões de euros, representados por:
    - Empréstimos contraídos representam cerca de 63,4% do passivo consolidado, os quais se referem a empréstimos do Município e GIATUL;
    - Cerca de 6,7% representam as provisões registadas pelo "Grupo" Municipal, no valor de 8,7 milhões de euros.

Demonstração Consolidada dos Resultados 2024

Os Resultados Operacionais consolidados de 2024, no valor de 14,8 milhões de euros, registam um aumento de 4,9 milhões de euros, relativamente ao ano anterior.

Os resultados financeiros consolidados de 2024, no valor de 1,8 milhões de euros negativos, apresentam uma melhoria face a 2023, no valor de 228 milhares de euros.

Os resultados líquidos consolidados registam um aumento de 5,1 milhões de euros, justificada pelo aumento generalizado dos rendimentos, designadamente com Impostos e Transferências e subsídios correntes obtidos, apesar de aumentos relevantes com gastos com FSE e Pessoal.

Mafra, 13 de junho de 2025

Órgão Executivo

Órgão Deliberativo

BALANÇO CONSOLIDADO

Valores expressos em euros

RUBRICAS	Notas	Períodos 31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	11	340 444 843,35	313 793 024,00
Propriedades de investimento	14	9 100 322,10	9 270 233,89
Ativos intangíveis	9	1 303 195,01	3 775 972,12
Participações financeiras	20	574 945,85	497 940,74
Outros ativos financeiros	20	1 404 949,61	1 404 949,61
Outras contas a receber	24	4 240 411,34	1 672 444,24
		357 068 667,26	330 414 564,60
Ativo corrente			
Inventários	15	354 363,52	340 850,22
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	25	1 154 830,34	270 860,24
Clientes, contribuintes e utentes	23	1 540 780,73	1 917 866,43
Estado e outros entes públicos	22	430 757,94	550 442,24
Outras contas a receber	24	38 232 368,17	33 589 085,05
Diferimentos	20	27 100,73	48 259,80
Caixa e depósitos bancários	1	35 477 398,83	30 941 255,15
		77 217 600,26	67 658 619,13
Total do activo		434 286 267,52	398 073 183,73
Património Líquido			
Património/Capital	26	186 434 626,65	186 434 626,65
Reservas legais	26	1 485 070,04	1 485 070,04
Resultados transitados	26	32 570 324,17	24 122 494,33
Ajustamentos em ativos financeiros	26	435 673,71	361 594,41
Excedentes de revalorização	26	17 745 320,15	17 823 972,55
Outras variações no património líquido	26	53 194 240,93	42 397 682,25
Resultado líquido do período	26	12 980 764,22	7 840 127,28
Total do Património Líquido		304 846 019,87	280 465 567,51
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	18	8 682 578,08	10 562 167,73
Financiamentos obtidos	13	76 670 355,60	81 967 737,49
Fornecedores de investimentos	27	1 543 750,00	2 006 250,00
Diferimentos	20	14 465 515,27	1 099 634,64
Outras contas a pagar	28	9 241 957,39	5 056 241,46
		110 604 156,34	100 692 031,32
Passivo corrente			
Fornecedores	27	2 136 438,29	2 599 700,10
Credores por transferências e subsídios concedidos	29	23 383,07	2 492,29
Estado e outros entes públicos	22	383 611,92	438 525,18
Fornecedores de investimentos	27	1 208 693,99	462 500,00
Financiamentos obtidos	13	5 397 176,90	5 348 949,82
Outras contas a pagar	28	6 811 433,74	5 541 890,14
Diferimentos	20	2 875 353,40	2 521 527,37
		18 836 091,31	16 915 584,90
Total do Passivo		129 440 247,65	117 607 616,22
Total do Património Líquido e do Passivo		434 286 267,52	398 073 183,73

Órgão Executivo

Órgão Deliberativo

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS CONSOLIDADOS

Valores expressos em euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Períodos	
		31/12/2024	31/12/2023
Impostos e taxas	17	61 824 558,93	55 295 934,39
Vendas	16	7 823 147,15	7 656 763,88
Prestação de serviços e concessões	16	18 056 532,00	17 348 927,94
Transferências e subsídios correntes obtidos	17	25 810 032,93	24 079 590,20
Rendimentos/gastos imputados de ent. controladas, assoc., e empr. conj.	20/31/32	2 925,64	3 068,55
Trabalhos para a própria entidade	37	4 904 006,57	4 571 742,16
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumid	36	-5 195 828,96	-5 102 743,81
Fornecimentos e serviços externos	30	-38 214 198,41	-34 450 786,96
Gastos com o pessoal	21	-31 562 386,48	-29 709 730,80
Transferências e subsídios concedidos	20	-10 210 880,21	-9 253 747,22
Prestações sociais	20	-395 598,21	-280 529,39
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-62 697,98	33 880,60
Provisões (aumentos/reduções)	18	1 879 589,65	431 003,23
Outros rendimentos	31	4 531 476,50	3 961 161,22
Outros gastos	32	-2 102 548,01	-2 994 446,50
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**37 088 131,11**	**31 590 087,49**
Gastos/rever. de depreciação e de amortização	33	-22 306 815,81	-21 716 061,26
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**14 781 315,30**	**9 874 026,23**
Juros e rendimentos similares obtidos	34	373 338,32	255 955,58
Juros e gastos similares suportados	35	-2 170 337,63	-2 281 004,63
Resultado antes de impostos		**12 984 315,99**	**7 848 977,18**
Imposto sobre o rendimento do período		-3 551,77	-8 849,90
Resultado líquido do período		**12 980 764,22**	**7 840 127,28**

Órgão Executivo

Órgão Deliberativo

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

Valores expressos em euros

RUBRICAS	Notas	Períodos 31/12/2024	Períodos 31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		34 066 258,01	31 562 985,03
Recebimentos de contribuintes		58 914 682,57	54 203 341,74
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		25 317 364,86	23 314 043,54
Recebimentos de utentes		2 638 971,14	2 289 069,06
Pagamentos a fornecedores		(43 141 433,29)	(40 425 273,16)
Pagamentos ao pessoal		(32 184 791,81)	(29 886 351,13)
Pagamentos a contribuintes		(1 797 424,27)	(868 098,52)
Pagamentos de transferências e subsídios correntes		(10 130 616,43)	(10 014 849,60)
Pagamentos de prestações sociais		(376 212,96)	(279 729,39)
Caixa gerada pelas operações		**33 306 797,82**	**29 895 137,57**
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos/pagamentos		397 611,62	(1 418 132,56)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		**33 704 409,44**	**28 477 005,01**
Fluxos de caixa das atividadades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(40 016 261,69)	(32 137 797,86)
Ativos intangíveis		(510 336,86)	(596 750,52)
Investimentos financeiros		(141 017,40)	(313 525,65)
Recebimentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		1 678 353,43	2 358 096,83
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos		6 525,00	15 212,39
Subsídios ao investimento		17 171 378,51	3 574 566,02
Transferências de capital		986 348,82	996 089,98
Juros e rendimentos similares		269 037,76	190 105,93
Dividendos		-	16 073,61
Fluxos de caixa das atividades de investimento		**(20 555 972,43)**	**(25 897 929,27)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		107 471,11	313 335,11
Outras operações de financiamento		868 950,12	900 180,93
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(6 190 139,96)	(5 733 373,18)
Juros e gastos e similares		(3 053 043,28)	(2 907 521,96)
Dividendos		-	-
Outras operações de financiamento		-	(941 807,76)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento		**(8 266 762,01)**	**(8 369 186,86)**
Variação de caixa e seus equivalentes		**4 881 675,00**	**(5 790 111,12)**
Caixa e seus equivalentes no início do período		30 595 723,83	36 731 366,27
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2	**35 477 398,83**	**30 941 255,15**
Detalhe da Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa	2	49 656,51	44 251,06
Depósitos bancários	2	35 427 742,32	30 897 004,09
		35 477 398,83	**30 941 255,15**

Órgão Executivo

Órgão Deliberativo

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

Valores expressos em euros

Descrição	Notas	Património Realizado	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses que não controlam	Total do património líquido
A 1 de janeiro de 2023		**186 434 626,65**	**1 485 070,04**	**6 476 350,90**	**86 187,41**	**18 749 903,49**	**36 973 428,23**	**15 885 918,98**	**266 091 485,70**	**-**	**266 091 485,70**
Alterações no período			-	17 646 143,43	275 407,00	(925 930,94)	5 424 254,02	(15 885 918,98)	6 533 954,53	-	6 533 954,53
		-	-	17 646 143,43	275 407,00	(925 930,94)	5 424 254,02	(15 885 918,98)	6 533 954,53	-	6 533 954,53
Resultado líquido do período		-	-		-	-	-	7 840 127,28	7 840 127,28		7 840 127,28
Resultado integral	-	-	-	17 646 143,43	275 407,00	(925 930,94)	5 424 254,02	(8 045 791,70)	14 374 081,81	-	14 374 081,81
A 31 de dezembro de 2023	-	**186 434 626,65**	**1 485 070,04**	**24 122 494,33**	**361 594,41**	**17 823 972,55**	**42 397 682,25**	**7 840 127,28**	**280 465 567,51**	-	**280 465 567,51**
A 1 de janeiro de 2024		**186 434 626,65**	**1 485 070,04**	**24 122 494,33**	**361 594,41**	**17 823 972,55**	**42 397 682,25**	**7 840 127,28**	**280 465 567,51**	-	**280 465 567,51**
Alterações no período	-			8 447 829,84	74 079,30	(78 652,40)	10 796 558,68	(7 840 127,28)	11 399 688,14		11 399 688,14
		-	-	8 447 829,84	74 079,30	(78 652,40)	10 796 558,68	(7 840 127,28)	11 399 688,14	-	11 399 688,14
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	-	12 980 764,22	12 980 764,22		12 980 764,22
Resultado integral	-	-	-	8 447 829,84	74 079,30	(78 652,40)	10 796 558,68	5 140 636,94	24 380 452,36	-	24 380 452,36
A 31 de dezembro de 2024	-	**186 434 626,65**	**1 485 070,04**	**32 570 324,17**	**435 673,71**	**17 745 320,15**	**53 194 240,93**	**12 980 764,22**	**304 846 019,87**	-	**304 846 019,87**

Órgão Executivo

Órgão Deliberativo

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1. Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

a) Referencial contabilístico

As Demonstrações financeiras consolidadas apresentadas foram preparadas de acordo com o referencial contabilístico Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC - AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.
De referir que as notas não indicadas neste anexo não são aplicáveis ou significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras consolidadas em análise.
As Demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de forma a garantir uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira, alterações, performance e fluxos de caixa da Município de Mafra, contas consolidadas.
Não existiu, no decorrer do exercício, quaisquer casos excecionais que tivessem implicações diretas na derrogação de qualquer disposição prevista no SNC - AP, que tenha produzido efeitos materialmente relevantes e que colocasse em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

b) Comparabilidade

As contas de balanço e de demonstração de resultados utilizadas são comparáveis com os aplicados no ano anterior.

c) Saldo de caixa e seus equivalentes não disponível para uso.

Não aplicável.

d) Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

A rubrica "caixa e seus equivalentes" inclui numerário e depósitos bancários à ordem. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o detalhe de caixa e depósitos bancários era o seguinte:

Rubricas	Euros	
	2024	2023
Caixa	49 656,51	44 251,06
Depósitos à ordem		
Depósitos bancários à ordem	35 425 242,32	30 894 504,09
Depósitos a prazo		
Depósito a prazo	2 500,00	2 500,00
Depósitos Bancários	**35 427 742,32**	**30 897 004,09**
Total de caixa e depósitos	**35 477 398,83**	**30 941 255,15**

2. Entidades incluídas na consolidação

Entidade	Sede Social	Atividade Principal	Detenção	% do capital detido 31/12/2024	Incl.
Município de Mafra	Praça do Município 2644-001 Mafra	Prossecução dos interesses próprios da população do concelho de Mafra.			a) c)
GIATUL – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M. S.A.	Parque de Campismo de Mil Regos – Estrada Nacional 247, km 49,4 2655-319 Ericeira	Exercício de atividades de interesse público municipal de natureza turística e recreativa, em particular no que se refere ao Parque de Campismo de Mil Regos ou Ericeira Camping, conceção, construção e manutenção de infraestruturas urbanas, bem como a instalação e manutenção de espaços e equipamentos públicos de utilização coletiva.	CMM	100,00%	b) c)
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Mafra	Rua Constância Maria Rodrigues, 19 2640-013 Mafra	Organismo da Administração Pública que visa garantir o abastecimento de água e a prestação de saneamento básico às populações residentes no concelho de Mafra, cumprindo elevados padrões de qualidade nos serviços disponibilizados e na relação com a comunidade.	CMM	100,00%	b) c)

a) Entidade-mãe obrigada à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, conforme o estabelecido no n.º 1 do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro de 2013, regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais.

b) Entidade controlada pela Câmara Municipal de Mafra.

c) Daqui em diante, CMM, GIATUL e SMAS.

3. Entidades excluídas da consolidação

Não aplicável.

4. Entidades associadas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Entidade	Sede Social	Atividade Principal	Detentores de Capital	% do capital detido 31/12/2024	Obs.
Coop. Tapada Nacional de Mafra, CIPRL	Portão do Codeçal 2640-602 Mafra	Investigação e preservação da fauna e da flora, educação ambiental, atividade cinegética e a prestação de serviços de turismo rural.	CMM	21,97%	a)
AMTRES - Assoc. dos Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra p/ Tratamento de Resíduos Sólidos	Estrada 5 de junho, nº 1 Trajouce 2785-155 S. Domingos de Rana	A AMTRES tem como objeto a gestão integrada dos R.S.U. produzidos na área dos municípios associados, nas vertentes de recolha, tratamento, deposição final e comercialização dos produtos resultantes daquele tratamento, podendo estas serem realizadas pela AMTRES ou através de empresas concessionárias especializadas.	CMM	25%	b)

a) A participação financeira detida pelo Município na "Tapada Nacional de Mafra" apresenta nas demonstrações financeiras consolidadas o valor de 574.945,85 euros. Esta participação encontra-se registada pelo método de equivalência patrimonial.

b) A participação financeira detida pelo Município na "AMTRES" apresenta nas demonstrações financeiras consolidadas o valor nulo, uma vez que apresenta a 31 de dezembro de 2024 capital próprio negativo.

5. Entidades associadas não contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

Não aplicável.

6. Entidades objeto de consolidação proporcional

Não aplicável.

7. Outras participações - Entidades não consolidadas e não incluídas nas notas 2 a 6

a) FAM - Fundo de Apoio Municipal;
b) MUNICÍPIA - Empresa da Cartografia e Sistemas de Informação, S.A.;
c) Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra, CRL;
d) A2S - Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia;
e) Rota Histórica das Linhas de Torres - Associação Para o Desenvolvimento Turística e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras;
f) APTCVC - Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica.

Todas estas participações financeiras encontram-se mensuradas ao custo.

8. Número médio de trabalhadores ao serviço

O número médio de trabalhadores das entidades incluídas no perímetro de consolidação foi de 1.479 em 31 de dezembro 2024, decomposto da seguinte forma:

Firma	Número de funcionários
Município de Mafra	1 267
GIATUL – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M. S.A.	99
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Mafra	113
Total	**1 479**

9. Ativos intangíveis

Depreciações - Enquadramento genérico

Perante a transição do POCAL para o SNC-AP, optou-se pela aplicação das taxas de depreciação previstas no CC2, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, em todos os bens registados no património consolidado do Município de Mafra.

No período findo a 31 de dezembro de 2024, o detalhe da quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como as respetivas amortizações acumuladas, é o seguinte:

Rubricas	Início do período			Final do período		
	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Quantia escriturada
Ativos Intangíveis						
Programas de computador e sistemas de informação	4 099 470,42	(2 911 516,56)	1 187 953,86	4 472 479,30	(3 576 269,07)	896 210,23
Propriedade industrial e intelectual	5 845,42	(1 345,42)	4 500,00	5 845,42	(1 345,42)	4 500,00
Outros	9 178 704,00	(6 652 797,74)	2 525 906,26	7 126 536,10	(6 894 071,32)	232 464,78
Ativos intangíveis em curso	57 612,00	-	57 612,00	170 020,00	-	170 020,00
Total de Ativos Intangíveis	**13 341 631,84**	**(9 565 659,72)**	**3 775 972,12**	**11 774 880,82**	**(10 471 685,81)**	**1 303 195,01**

Os movimentos desta rubrica durante o período de 2024 estão detalhados da seguinte forma:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações				Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Amortizações do período	Diminuições	
Ativos Intangíveis						
Programas de computador e sistemas de informação	1 187 953,86	536 503,74		(801 297,85)	(26 949,52)	896 210,23
Propriedade industrial e intelectual	4 500,00		-		-	4 500,00
Outros	2 525 906,26	-	20 343,57		(2 313 785,05)	232 464,78
Ativos intangíveis em curso	57 612,00	132 751,57	(20 343,57)	-		170 020,00
Total de Ativos Intangíveis	**3 775 972,12**	**669 255,31**	**-**	**(801 297,85)**	**(2 340 734,57)**	**1 303 195,01**

10. Acordos de concessão de serviços: concedentes

Conforme referido na prestação de contas do ano transato, o Município procedeu ao reconhecimento do acordo de concessão de serviços com a E-Redes, S.A., nos ativos Municipais, pelo valor líquido de 11.561.387,43 euros, de acordo com os dados fornecidos pela entidade. Em cumprimento da Base XXXVII do Capítulo VI do Anexo IV do Decreto-Lei nº 15/2022, de 14 de janeiro, foi reconhecida a indemnização por resgate de concessão, no valor de 10.351.012,00 euros.

Em 18 de fevereiro de 2025, a Comissão de Normalização Contabilística publicou a Orientação Técnica nº1, onde reconhece que "*poderão não estar preenchidos os critérios para o reconhecimento de todos os ativos e passivos associados aos contratos de concessão ao abrigo da NCP 4, dado poderem existir incertezas significativas e/ou situações dependentes de eventos futuros que impedirão aquele reconhecimento. Não obstante, deverão ser divulgados no anexo a natureza e termos dos acordos de concessão em causa, os riscos associados (ex.: garantias, cláusulas de rescisão), os ativo e passivos contingentes ao abrigo da NCP 15 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes*".

Não obstante, o Município decidiu manter o reconhecimento dos Ativos.

Em fevereiro de 2025, o Município solicitou informação atualizada reportada a 31/12/2024, tendo sido disponibilizada informação provisória, não auditada e de forma agregada, com a justificação de que a E-Redes só terá condições de disponibilizar os dados detalhados após conclusão do processo de certificação das contas reguladas. De realçar que, a 3 de junho, o

Município recebeu a informação detalhada final, encontrando-se a decorrer a análise da mesma.

Face ao referido, foram efetuados registos contabilísticos inerentes ao ajuste do reconhecimento provisório, atualizando-se o valor do ativo líquido para 11.969.690,47 euros e o valor do resgate ou de indemnização para 10.423.047,00 euros (verba registada no passivo não corrente, em financiamentos obtidos).

Relativamente às redes de telecomunicações, em junho de 2024, a Assembleia Municipal deliberou o reconhecimento, como ativo, das infraestruturas aptas ao alojamento de redes de telecomunicações existente no Concelho, no montante de 13.836.542,92 euros.

11. Ativos fixos tangíveis

Depreciações - Enquadramento genérico

Após a transição do POCAL para o SNC-AP, optou-se pela aplicação das taxas de depreciação previstas no CC2, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, em todos os bens registados no património do Município de Mafra.

Conforme referido nota 5 do anexo às demonstrações financeiras individuais dos SMAS, a definição de vida útil dos bens referentes às infraestruturas dos sistemas de abastecimento de água e de esgotos, tomou em consideração a análise da legislação, de orientações e de estudos técnicos existentes sobre o setor, nomeadamente:

- Os normativos legais para a depreciação de ativos do setor público (POCAL/CIBE e SNC-AP e Classificador Complementar 2) e do setor privado (SNC e DR 25/2009).
- Os estudos técnicos realizados por entidades que regulam o setor das redes de águas (ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, USEPA – United States Environmental Protection Agency).
- Os estudos técnicos realizados por entidades públicas de engenharia (LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil, IST – Instituto Superior Técnico).

Através da análise comparativa das vidas úteis apresentadas no quadro seguinte, verifica-se que as vidas úteis apresentadas pelo Estudo da ERSAR são as mais adequadas à realidade destes ativos e são semelhantes às vidas úteis apresentadas nos restantes estudos técnicos existentes.

A norma de Contabilidade Pública 5 do SNC-AP estabelece que na determinação da vida útil dos ativos devem ser considerados fatores de utilização esperada do ativo, desgaste físico esperado e obsolescência técnica e comercial.

Desta forma, é de especial relevância o conhecimento específico do setor das águas apresentado pelos estudos técnicos.

Neste sentido, foi entendido que as vidas úteis indicadas no estudo ERSAR dão a imagem mais apropriada da vida útil das infraestruturas e equipamentos de abastecimento e saneamento dos SMAS de Mafra, e estão em consonância com o normativo legal estabelecido na NCP-5 do SNC-AP.

No período findo a 31 de dezembro de 2024, o detalhe da quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como as respetivas amortizações acumuladas, é o seguinte:

Rubricas	Início do período			Final do período		
	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Quantia escriturada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	8 394 179,70	-	8 394 179,70	8 762 893,50	-	8 762 893,50
Edifícios e outras construções	24 352 026,93	(14 236 163,18)	10 115 863,75	24 966 085,24	(15 313 737,51)	9 652 347,73
Infraestruturas	273 690 118,26	(187 229 414,61)	86 460 703,65	296 623 181,60	(198 279 539,52)	98 343 642,08
Património histórico, artístico e cultural	402 589,00		402 589,00	553 571,86		553 571,86
Outros bens de domínio público em curso	1 555 816,97	-	1 555 816,97	1 910 973,98	-	1 910 973,98
Sub-total	**308 394 730,86**	**(201 465 577,79)**	**106 929 153,07**	**332 816 706,18**	**(213 593 277,03)**	**119 223 429,15**
Ativos fixos em concessão						
Infraestruturas	33 810 153,54	(22 248 766,11)	11 561 387,43	33 928 775,99	(21 959 085,52)	11 969 690,47
Sub-total	**33 810 153,54**	**(22 248 766,11)**	**11 561 387,43**	**33 928 775,99**	**(21 959 085,52)**	**11 969 690,47**
Ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	46 378 814,19	-	46 378 814,19	49 895 498,08	-	49 895 498,08
Edifícios e outras construções	197 957 344,68	(69 530 406,77)	128 426 937,91	200 779 029,22	(73 722 492,66)	127 056 536,56
Equipamento básico	23 597 482,19	(17 130 489,63)	6 466 992,56	26 236 485,99	(18 889 635,56)	7 346 850,43
Equipamento de transporte	3 451 832,75	(1 948 174,06)	1 503 658,69	4 134 983,28	(2 357 546,84)	1 777 436,44
Equipamento administrativo	2 047 150,00	(1 461 684,28)	585 465,72	2 192 644,15	(1 649 677,44)	542 966,71
Outros activos fixos tangíveis	9 098 132,84	(6 221 420,60)	2 876 712,24	11 051 138,78	(6 982 628,80)	4 068 509,98
Ativos fixos tangíveis em curso	9 063 902,19	-	9 063 902,19	18 563 925,53	-	18 563 925,53
Sub-total	**291 594 658,84**	**(96 292 175,34)**	**195 302 483,50**	**312 853 705,03**	**(103 601 981,30)**	**209 251 723,73**
Total de Ativos Fixos Tangíveis	**633 799 543,24**	**(320 006 519,24)**	**313 793 024,00**	**679 599 187,20**	**(339 154 343,85)**	**340 444 843,35**

Os movimentos desta rubrica durante o período de 2024 estão detalhados da seguinte forma:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações				Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Depreciações do período	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	8 394 179,70	383 783,65	245,70	-	(15 315,55)	8 762 893,50
Edifícios e outras construções	10 115 863,75	783 525,33	(127 234,27)	(1 119 807,08)		9 652 347,73
Infraestruturas	86 460 703,65	15 915 636,55	5 977 961,08	(10 010 659,20)	-	98 343 642,08
Património histórico, artístico e cultural	402 589,00	84 784,16	66 423,70		(225,00)	553 571,86
Outros bens de domínio público em curso	1 555 816,97	5 609 464,34	(5 254 307,33)			1 910 973,98
Sub-total	**106 929 153,07**	**22 777 194,03**	**663 088,88**	**(11 130 466,28)**	**(15 540,55)**	**119 223 429,15**
Ativos fixos em concessão						
Infraestruturas	11 561 387,43		2 844 813,78	(1 061 867,18)	(1 374 643,56)	11 969 690,47
Sub-total	**11 561 387,43**	**-**	**2 844 813,78**	**(1 061 867,18)**	**(1 374 643,56)**	**11 969 690,47**
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	46 378 814,19	4 110 500,00	(317 107,95)		(276 708,16)	49 895 498,08
Edifícios e outras construções	128 426 937,91	2 831 144,89	198 310,79	(4 205 613,71)	(194 243,32)	127 056 536,56
Equipamento básico	6 466 992,56	2 023 638,27	715 164,97	(1 845 952,64)	(12 992,73)	7 346 850,43
Equipamento de transporte	1 503 658,69	748 206,40	43 050,00	(494 522,05)	(22 956,60)	1 777 436,44
Equipamento administrativo	585 465,72	433 935,79	(276 754,64)	(199 519,76)	(160,40)	542 966,71
Outros activos fixos tangíveis	2 876 712,24	1 930 280,73	54 697,84	(790 812,92)	(2 367,91)	4 068 509,98
Ativos fixos tangíveis em curso	9 063 902,19	18 670 649,96	(5 380 168,23)		(3 790 458,39)	18 563 925,53
Sub-total	**195 302 483,50**	**30 748 356,04**	**(4 962 807,22)**	**(7 536 421,08)**	**(4 299 887,51)**	**209 251 723,73**
Total de Ativos Fixos Tangíveis	**313 793 024,00**	**53 525 550,07**	**(1 454 904,56)**	**(19 728 754,54)**	**(5 690 071,62)**	**340 444 843,35**

12. Locações

- **Locações Operacionais**

A 31 de dezembro de 2024, o Grupo Município de Mafra detinha os seguintes contratos de locação operacional:

BENS LOCADOS	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados		Futuros pagamentos mínimos		
		Período	Acumulado			
		Pagamentos mínimos	Pagamentos mínimos	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Total
Equipamento Informática	803 803,46	150 836,92	513 928,68	174 392,54	115 482,24	289 874,78
Árvores Natal/Carrocel	125 767,50	125 767,50	125 767,50			-
Baias e barreiras	1 173,42	1 173,42	1 173,42			-
Mobiliário Urbano de Publicidade	236 160,00	19 680,00	236 160,00		-	-
Bancas/stands/tendas/estrados/sombras	127 992,22	122 457,22	122 457,22	5 535,00	-	5 535,00
Cadeiras	1 869,60	1 869,60	1 869,60	-	-	-
Contentores	48 348,84	7 088,49	7 088,49	29 898,11	11 362,24	41 260,35
Decoração	3 253,35	3 253,35	3 253,35			
Depósito Valores	15 498,00	4 735,50	15 067,50	430,50		430,50
Entretenimento	3 439,76	3 439,76	3 439,76			
Instalações Sanitárias	25 437,69	20 639,14	20 639,14	4 798,55		4 798,55
Equipamento audiovisual	12 825,31	9 504,31	9 504,31	3 321,00		3 321,00
Equipamento de rega	44 280,00	6 390,98	6 390,98	31 739,02	6 150,00	37 889,02
GPS	48 286,86	12 367,38	35 542,09	10 786,59		10 786,59
Iluminação de Natal	98 627,55	98 627,55	98 627,55			-
Mesas/Bancos/Cadeiras	1 303,80	1 303,80	1 303,80			-
Piano	7 687,50	7 687,50	7 687,50	-	-	-
Viaturas (Município Mafra)	635 418,68	128 831,27	313 682,65	161 604,71	159 457,82	321 062,53
Viaturas (SMAS)	293 812,80	73 453,20	119 175,72	72 161,16	102 475,92	174 637,08
Total	**2 534 986,34**	**799 106,89**	**1 642 759,26**	**494 667,18**	**394 928,22**	**889 595,40**

13. Financiamentos obtidos

O detalhe da rubrica "Financiamentos obtidos" durante o período de 2024 e 2023 é o seguinte:

Rubricas	Euros		Euros	
	2024 Corrente	2024 Não corrente	2023 Corrente	2023 Não corrente
Não Isentos				
Caixa Geral de Depósitos	4 040 077,93	46 645 331,41	3 928 737,19	50 685 412,06
Banco Português de Investimentos	922 563,49	17 666 019,92	862 788,90	18 594 744,63
Novo Banco	-	-	12 279,48	-
Banco Santander Totta	310 174,44	1 739 073,45	303 050,96	2 040 665,13
Millenium BCP	72 783,78	163 567,38	84 419,85	236 238,59
Outros	25 247,58	10 423 047,00	117 163,49	10 351 012,00
Isentos				
Caixa Geral de Depósitos	26 329,68	33 316,44	40 509,95	59 665,08
Total de Financiamentos obtidos	**5 397 176,90**	**76 670 355,60**	**5 348 949,82**	**81 967 737,49**

Dos empréstimos em dívida no final do ao, 76.670.355,60 euros têm vencimento superior a 1 ano e 5.397.176,90 euros vencem-se em 2025.

14. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis.

Os movimentos da rubrica "Propriedades de investimento" durante o período de 2024, estão detalhados da seguinte forma:

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações (modelo do custo)		Quantia escriturada final	Gastos do período	Rendimentos do período	
		Adições	Depreciações do período			Rendas	Outros
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO							
Terrenos e recursos naturais	1 739 952,20		-	1 739 952,20		88 224,82	
Edifícios e outras construções	7 468 858,72	21 480,74	(339 543,72)	7 150 795,74	254 214,06	605 169,18	
Propriedades de investimento em curso	61 422,97	148 151,19	-	209 574,16	-	-	
Total	**9 270 233,89**	**169 631,93**	**(339 543,72)**	**9 100 322,10**	**254 214,06**	**693 394,00**	**-**

O detalhe de adições de propriedades de investimento no período de 2024 é o seguinte:

RUBRICAS	Adições (modelo do custo)	
	Compras	Total
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO		
Terrenos e recursos naturais	-	-
Edifícios e outras construções	21 480,74	21 480,74
Propriedades de investimento em curso	148 151,19	148 151,19
Total	**169 631,93**	**169 631,93**

Não foram efetuadas diminuições nas propriedades de investimento, no período de 2024.

15. Inventários

A rubrica "Inventários" durante o período de 2024 e 2023, apresenta os seguintes movimentos:

Rubricas	Euros	
	2024 Corrente	2023 Corrente
Matérias-Primas	200 664,54	194 429,47
Outros	153 698,98	146 420,75
Total de Inventários	**354 363,52**	**340 850,22**

16. Rendimento de transações com contraprestação

Durante o período de 2024, o Grupo Município de Mafra registou rendimentos provenientes das seguintes transações e acontecimentos com contraprestação:

a. Prestação de serviços: é reconhecido como rendimento, quando pode ser estimado com fiabilidade e com referência à fase de acabamento da transação. As transações são estimadas com fiabilidade quando satisfazem as seguintes condições: a quantia de rendimento pode ser mensurada com fiabilidade; fluam benefícios económicos ou potencial de serviços associados à transação; quando a fase de acabamento, à data de relato, possa ser mensurada com fiabilidade; e, os custos suportados com a transação possam também ser mensurados com fiabilidade.

b. Venda de bens: o rendimento proveniente deste, deve ser reconhecido quando estiverem satisfeitas as seguintes condições: os riscos e vantagens da propriedade e controlo de bens esteja transferida para o comprador; o Grupo Município de Mafra não esteja envolvida na gestão, nem possua um controlo efetivo sobre a propriedade e bens vendidos; a quantia do rendimento possa ser mensurada com fiabilidade; surjam

benefícios económicos ou potenciais associados à transação fluam para o Grupo Município de Mafra; e, os gastos suportados ou a suportar relativos à transação possam ser mensurados com fiabilidade.

Rubricas	Euros	
	2024	2023
Prestações de serviços	18 056 532,00	17 348 927,94
Vendas	7 823 147,15	7 656 763,88
Total de Rendimentos de Transações com contraprestação	**25 879 679,15**	**25 005 691,82**

17. Rendimento de transações sem contraprestação

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação resultam de recebimentos de outras entidades sem dar em troca um valor aproximadamente igual, ou a entrega de valor por parte de outra entidade sem receber valor em troca.

- **Transferências e subsídio correntes obtidos**

No período findo de 31 de dezembro de 2024 e 2023 o Grupo Município de Mafra apresenta na rubrica de "Transferências e subsídios correntes obtidos" a seguinte decomposição:

Rubricas	Euros	
	2024	2023
Transferências - Estado		
Artigo 35°, n° 3 da Lei n° 73/2013	255 638,20	
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	-	675 297,00
Fundo Social Municipal (FSM)	2 476 295,00	2 312 795,00
Participação no IRS	7 840 531,00	7 353 775,00
Transferências de competências - Lei n° 50/2018	13 149 413,90	11 364 534,87
Participação do IVA	833 776,65	495 902,85
Atividades de Enriquecimento Curricular	180 630,93	-
Outras	210 841,00	608 949,84
Transferências - Serviços e Fundos Autónomos		
Outras	244 002,62	293 218,39
Transferências - Administração Local		
Associações de Municípios	128 094,25	180 835,06
Transferências - Resto do Mundo		
FEDER	59 350,29	184 838,38
Fundo Social Europeu	-	207 596,44
Outras	74 078,33	170 533,69
Transferências - Sociedades e quase sociedades não financeiras		
Sociedades e quase sociedades não financeiras	345 558,08	221 313,68
Subísdios - Outros Sectores Institucionais		
Outros	1 822,68	-
Subísdios correntes - Subsídio ao produto		
Outras entidades	10 000,00	10 000,00
Total de Rendimentos de Transações sem contraprestação	**25 810 032,93**	**24 079 590,20**

- **Impostos e taxas**

Nos exercícios de 2024 e 2023 foram reconhecidos os seguintes rendimentos na rubrica "Impostos e taxas":

Rubricas	Euros	
	2024 Corrente	2023 Corrente
Impostos diretos	49 780 274,11	45 317 621,02
Taxas, multas e outras penalidades	12 044 284,82	9 978 313,37
Total de Impostos e taxas	**61 824 558,93**	**55 295 934,39**

18. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

O Grupo Município de Mafra, a 31 de dezembro de 2024, apresenta o seguinte registo de provisões:

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Aumentos		Diminuições			Quantia escriturada final
		Reforços	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Total diminuições	
Processos judiciais em curso	7 914 728,79	216 000,00	216 000,00	(908 802,21)		(908 802,21)	7 221 926,58
Outras provisões ORE	2 647 438,94		-		(1 186 787,44)	(1 186 787,44)	1 460 651,50
Total das provisões	10 562 167,73	216 000,00	216 000,00	(908 802,21)	(1 186 787,44)	(2 095 589,65)	8 682 578,08

O montante de 7.914.728,79 euros está relacionado com provisões criadas para processos judiciais pendentes presentes, conforme quadro infra:

Processos Judiciais pendentes	
Processo	**Designação**
Processo n.º 401/07.3BELRS	Pedido de declaração de nulidade de atos de licenciamento de obras, a demolição de construções e o pagamento de indemnização
Processo n.º 1580/10.8BESNT	Pedido de indemnização por perdas e danos patrimoniais e não patrimoniais
Processo n.º 2382/11.0BELSB	Pedido de declaração de nulidade da deliberação da Assembleia Municipal de 28.04.2011 - ressarcimento do dano produzido pela omissão de notificação da declaração de utilidade pública
Processo n.º 314/12.7T2MFR	Expropriação do prédio do banco BPI sito em Ribeira D'Ilhas - indemnização aos locatários financeiros
Processo n.º 48/13.5BELSB	Ação administrativa especial intentada no Tac Lx, para prática do acto de licenciamento com vista à emissão do alvará referente ao processo op-163/2000 e pagamento de indemnização (valor não determinado)
Processo n.º 15462013060000037836 Processo n.º1070/15.2BELRS-Impugnação Judicial	Processo de contra-ordenação referente à entrega de declarações de substituição do iva - violação do n.º 6 do artigo 78.º do CIVA, punível com coima, conforme previsto no artigo 114.º do RGIT - suspenso (aguarda trânsito em julgado da sentença referente à impugnação judicial)
Processo n.º 25/17.7BESNT	Ação administrativa intentada no Tac Lx pelo direito de regresso
Processo n.º 2128/18.1BELSB	Ação administrativa intentada no taclx para para indemnização de danos patrimoniais e não patrimoniais devidos pela utilização abusiva de imagem do autor nos cartazes referente ao Ciclo de Música Jazz de Mafra nos anos de 2016 e 2017
Processo n.º 926/19.8BELSB	Ação administrativa intentada no Tac Lx para reintegração no posto de trabalho e indemnização devida pelo despedimento
Processo n.º 2026/19.1BELSB	Ação administrativa intentada no Tac Lx para reintegração de parcela de terreno ou, em alternativa, a indemnização dos autores pela apropriação indevida da mesma
Processo n.º 566/22.4ECLSB	Processo de contraordenação instaurado pela ASAE-Autoridade de Segurança Alimentar e Económica sobre irregularidades verificadas no parque infantil do Jardim do Cerco
Processo n.º 9.2.2/2022/2	Processo de contraordenação instaurado pela Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD) - violação da al. a) do n.º 1 do artigo 5.º, punida pela al.a) do n.º 5 do artigo 83.º do RGPD
Processo n.º 9.2.2/2022/3	Processo de contraordenação instaurado pela Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, por falta de regulamentação dos diversos terminais rodoviários (interfaces) existentes no concelho (Mafra, Venda do Pinheiro, Ericeira e Malveira)
Processo n.º 209/24.1T8MFR	Ação de processo comum - contrato de cedência de espaço para instalação de Mobile Home, Parque de Campismo da Ericeira
Processo n.º 4/24.8T8MFR	Ação de processo comum - contrato de cedência de espaço para instalação de Mobile Home, Parque de Campismo da Ericeira
Processo n.º8/24.0T8MFR - Aguarda Citação para Início Processo	Ação de processo comum - contrato de cedência de espaço para instação de Mobile Home, Parque de Campismo da Ericeira
Processo n.º 3/24.0T8MFR	Ação de processo comum - contrato de cedência de espaço para instalação de Mobile Home, Parque de Campismo da Ericeira
Processo n.º 6/24.4T8MFR	Ação de processo comum - contrato de cedência de espaço para instalação de Mobile Home, Parque de Campismo da Ericeira
Processo n.º 44/24.7T8MFR	Ação de processo comum - contrato de cedência de espaço para instalação de Mobile Home, Parque de Campismo da Ericeira
Processo n.º 9120/24.5BELSB	Ação administrativa de declaração de nulidade do despacho de deferimento do pedido de licenciamento de obras de construção no âmbito do OP-400/2020
Processo n.º 38333/24.8BELSB	Ação administrativa para anulação do ato de adjudicação no procedimento concursal DAELD 5/2023 Concessão do Direito de Uso Privativo do Espaço Público para Instalação de Mobiliário Urbano e Exploração Fins Publicitários

Para além dos processos supramencionados está a decorrer um processo no Tribunal Administrativo - Círculo de Lisboa (processo 25426/24.OBELSB), intentado pela empresa Montarejo — Empreendmentos mobiliários, S.A a 24/09/2024, no valor de 4.654.000,00€, em que o Município de Mafra está a ser representado por CMS Portugal (Rui Pena, Arnaut & Associados). Ainda que os mandatários do processo considerem que existem possibilidades de condenaçao superiores a 50%, a ação foi interposta também contra a CCDR LVT concorrendo, em termos favoráveis para a defesa do Município, a condição de o pagamento de indemnização depender da procedência deste pedido depender da declaração de ilegalidade de 4 atos administrativos; por outro lado, a liquidação do pedido indemnizatório foi deixada para execução de sentença, o que causa incerteza quanto ao montante e momento de uma possível condenação.

Expropriações de parcelas para construção da A21 Mafratlântico/CMM/EP-Estradas de Portugal		
N.° da parcela	Valor Arbritagem	Relatório pericial / Sentença
10	608 101,68	1 316 322,00
LI11.1/LI11.2LI11.3/LI11.4	1 628 785,58	2 165 438,66

A quantia escriturada final em 2024 relacionada com os processos acima referidos tem por base a melhor estimativa de perda à data de relato.

Em relação à participada AMTRES, a entidade apresentou, a 31/12/2024, capitais próprios negativos no montante de 5.842.335,79 euros, tendo sido efetuado o ajustamento no montante de 1.186.787,44 euros na provisão constituída anteriormente, correspondente aos 25% da participação detida pelo Município de Mafra.

- **Ativos Contingentes**

O escritório Luís David Nobre Associados, Sociedade de Advogados, SP, RL, tem pendente o Processo n° 2621/16.OBELSB em que é Exequente a Camara Municipal de Mafra e Executado IP Infraestruturas de Portugal, processo este interposto ao abrigo dos artigos 170.° e 171.° processo executivo no qual o Município peticiona a importância de 3.309.002,42€ tendo como título executivo a execução da decisão arbitral em que a referida IP foi condenada.

De acordo com a informação transmitida pela sociedade de advogados relativamente ao ponto de situação do processo, o Município é titular de um direito de crédito sobre a referida entidade no montante de 3.309.002,42€. Igualmente encontra-se entregue aos referidos mandatários o processo sob o n.° 13714/16 que corre termos no Tribunal Central Administrativo Sul, processo este que é autor IP Infraestruturas de Portugal SA, em que se peticiona a anulação da decisão do tribunal arbitral proferida em 20/07/2016 nos termos do

qual a ora Autora foi condenada a pagar a Câmara Municipal de Mafra a importância de 3.309.002,42 €.

As possibilidades de êxito desta ação são muito limitadas sendo este um mecanismo normalmente utilizado pelas entidades condenadas em processos arbitrais de prolongarem o pagamento das importâncias em que foram condenadas. No respeitante a ambas as ações, as probabilidades de vencimento das mesmas são superiores a 90% uma vez que a ação de anulação tem requisitos muito limitados e cuja prova é extraordinariamente difícil. Assim espera-se a obtenção de ganho de causa com elevada probabilidade e o pagamento por parte das Infraestruturas de Portugal da importância em que esta foi condenada, sendo que até a presente data acresce ao valor de 3.309.002,42 €, o montante de 600.969,23€ de juros de mora o que perfaz um valor em crédito a favor do Município superior a 4.000.000,00€. No último exercício não houve nenhuma movimentação processual relevante, no processo respeitante ao IP Infraestruturas de Portugal, a não ser pedidos das partes para que o Tribunal Central Administrativo Sul se pronuncie, uma vez que já decorreram mais de oito anos sobre o pedido de anulação da decisão arbitral.

19. Acontecimentos após a data de relato

Não existem quaisquer acontecimentos com impactos materiais entre a data do Balanço e a data de autorização para a sua emissão que não estejam já registados ou divulgados nas presentes demonstrações financeiras consolidadas.

20. Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros

Os movimentos da rubrica "Ativos financeiros" durante o período de 2024 estão detalhados da seguinte forma:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos	Diminuições	Quantia escriturada final
		Outros	Outros	
Participações financeiras - justo valor				
Cooperativa Tapada Nacional de Mafra	497 940,74	77 005,11		574 945,85
AMTRES - Assoc. dos Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra p/ Tratamento de Resíduos Sólidos	-	-		-
Participações financeiras - custo				
FAM - Fundo de Apoio Municipal	1 322 469,00	-	-	1 322 469,00
MUNICÍPIA - Empresa da Cartografia e Sistemas de Informação, S.A.	74 850,00	-	-	74 850,00
Caixa de Crédito Agrícola Mutuo de Mafra, CRL	498,80	-	-	498,80
A2S - Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia	3 115,84	-	-	3 115,84
Rota Histórica das Linhas de Torres - Associação Para o Desenvolvimento Turística e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras	2 809,46	-	-	2 809,46
APTCVC - Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica	1 206,51	-	-	1 206,51
Outros ativos financeiros	-		-	-
Total de Ativos Financeiros	**1 902 890,35**	**77 005,11**	**-**	**1 979 895,46**

O ajustamento realizado pelo método de equivalência patrimonial respeita à Tapada de Mafra, com 2.925,81 euros relativos a ganhos e 74.079,30 euros referente a ajustes de capital na participação na Tapada Nacional de Mafra.

Em relação à participada AMTRES, a entidade apresentou a 31/12/2024, capitais próprios negativos no montante de 5.482.335,79 euros, tendo sido efetuado o ajustamento de reversão no montante de 1.186.787,44 euros na provisão constituída anteriormente, correspondente aos 25% da participação detida pelo Município de Mafra, devido à melhoria dos seu Capital próprio em 2024, pelo seu resultado do exercício apresentado.

- **Diferimentos**

A 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de "Diferimentos" decompõem-se como se segue:

Rubricas	Euros	
	2024 Corrente	2023 Corrente
Outros gastos a reconhecer	27 100,73	48 259,80
Total de diferimentos - Ativo	**27 100,73**	**48 259,80**

Rubricas	Euros			
	2024 Corrente	2024 Não Corrente	2023 Corrente	2023 Não Corrente
Transferências e subsídios correntes obtidos com condições	33 613,60	173 176,85	-	186 588,43
Transferências e subsídios de capital obtidos com condições	-	13 116 659,42	-	-
Acordos de Concessão de serviços	2 605 216,80	-	2 220 305,94	-
Outros rendimentos a reconhecer	236 523,00	1 175 679,00	301 221,43	913 046,21
Total de diferimentos - Passivo	**2 875 353,40**	**14 465 515,27**	**2 521 527,37**	**1 099 634,64**

- **Transferências e subsídios concedidos**

O detalhe da rubrica "Transferências e subsídios concedidos" a 31 de dezembro de 2024 e 2023 é apresentado no quadro seguinte:

Rubricas	Euros	
	2024 Corrente	2023 Corrente
Transferências Correntes Concedidas	9 342 769,16	7 611 077,12
Subsidios Correntes Concedidos	158 659,08	373 487,38
Prestações Sociais	395 598,21	280 529,39
Transferências de Capital Concedidas	709 451,97	1 269 182,72
Total de Transferências e subsídios concedidos	**10 606 478,42**	**9 534 276,61**

21. Benefícios dos empregados

Os "Gastos com pessoal" no período findo de 31 de dezembro de 2024 e 2023, foram os seguintes:

Rubricas	Euros	
	2024 Corrente	2023 Corrente
Remunerações dos titulares de orgãos de soberania e membros de orgãos autárquicos	379 155,07	381 874,70
Remunerações do pessoal	25 009 819,05	22 804 510,82
Benefícios pós-emprego - Pensões	11 512,34	40 778,44
Indemnizações	8 354,56	6 803,20
Encargos sobre Remunerações	5 737 344,04	5 470 556,36
Seguros de Acid. no Trab. e Doenças Profissionais	93 628,05	127 367,59
Outros gastos com o pessoal	58 866,56	609 675,14
Outros encargos sociais	263 706,81	268 164,55
Total de Gastos com pessoal	**31 562 386,48**	**29 709 730,80**

A 31 de dezembro de 2024 e 2023, rubrica referente a "Remunerações do pessoal" representa, respetivamente, 79,2% e 76,8% do total da rubrica referente a gastos com o pessoal.

22. Estado e outros entes públicos

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais do Grupo Município de Mafra dos anos de 2020 a 2024 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

Os saldos devedores e credores desta rubrica a 31 de dezembro de 2024 e 2023 detalham-se da seguinte forma:

Rubricas	Euros			
	2024		2023	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Estado e outros entes públicos				
Imposto sobre o rendimento	12 490	-	34 107	(36 035)
Retenção de impostos sobre o rendimento				
Trabalho dependente	-	(122 431)	-	(128 126)
Trabalho independente	-	(13 932)	-	(9 709)
Prediais	-	(1 209)	-	(998)
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	418 268	-	516 335	(42 318)
Outros impostos	-	(918)	-	(1 273)
Sistemas de proteção social				
CGA - Parte do trabalhador	-	(47 781)	-	(45 592)
SS - Parte do trabalhador	-	(139 984)	-	(124 033)
Outros - Parte do trabalhador	-	(16)	-	-
CGA - Parte patronal	-	(2 422)	-	(2 335)
SS - Parte patronal	-	(52 607)	-	(45 997)
Subsistemas de saúde				
ADSE - Parte do trabalhador	-	(45)	-	(144)
SAD/PSP - Parte do trabalhador	-	(34)	-	(32)
SAD/GNR - Parte do trabalhador	-	(197)	-	(227)
IASFA/ADM - Parte do trabalhador	-	-	-	(204)
Outros Contribuições para sistemas de proteção social	-	(339)	-	(423)
Outras tributações	-	(1 697)	-	(1 080)
Total de Estado e Outros Entes Públicos	**430 757,94**	**(383 611,92)**	**550 442,24**	**(438 525,18)**

23. Clientes, contribuintes e utentes

A 31 de dezembro de 2024 e 2023, o detalhe da rubrica "Clientes, utentes e contribuintes" é o seguinte:

Rubricas	Euros	
	2024 Corrente	2023 Corrente
Clientes	1 398 332,48	1 767 297,84
Contribuintes	-	201,02
Utentes	1 151,95	6 637,53
Clientes Contrib. e Utentes Cobrança Duvidosa	2 108 643,09	2 053 214,54
Perdas por imparidade acumuladas	(1 967 346,79)	(1 909 484,50)
Total de Clientes, Utentes e Contribuintes	**1 540 780,73**	**1 917 866,43**

24. Outras contas a receber

A 31 de dezembro de 2024 e 2023, o detalhe da rubrica "Outras contas a receber" é o seguinte:

Rubricas	Euros							
	2024				2023			
	Valor Bruto		Imparidade Acumulada	Valor Líquido	Valor Bruto		Imparidade Acumulada	Valor Líquido
	Corrente	Não Corrente			Corrente	Não Corrente		
Pessoal		-	-	-		-	-	-
Juros de Depósitos a prazo	-	-	-	-	24 947,67	-	-	24 947,67
Impostos e Taxas imputados ao período	27 105 498,79	-	-	27 105 498,79	24 765 717,30	-	-	24 765 717,30
Taxas, Multas e Outras Penalidades	684 000,34	-	-	684 000,34	421 522,88	-	-	421 522,88
Estimativa da Participação Fixa de IRS	7 840 528,00	-	-	7 840 528,00	7 353 775,00	-	-	7 353 775,00
Venda de Bens e Serviços Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Acréscimos de Rendimentos	1 039 325,27	-	-	1 039 325,27	917 333,20	-	-	917 333,20
Outros devedores	1 912 341,74	4 240 411,34	(349 325,97)	5 803 427,11	453 929,02	1 672 444,24	(348 140,02)	1 778 233,24
Total de Outras contas a receber	38 581 694,14	4 240 411,34	(349 325,97)	42 472 779,51	33 937 225,07	1 672 444,24	(348 140,02)	35 261 529,29

25. Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis

A 31 de dezembro de 2024 e 2023, o detalhe da rubrica "Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis" é a seguinte:

Rubricas	Euros	
	2024 Corrente	2023 Corrente
Fundos Comunitários	103 989,76	114 895,33
Outros	1 050 840,58	155 964,91
Total de Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	1 154 830,34	270 860,24

26. Património/capital

O Património Líquido do Município de Mafra, a 31 de dezembro de 2024, encontra-se detalhado da seguinte forma:

Rubricas	Euros			
	2024			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Património/ Capital	186 434 626,65	-	-	186 434 626,65
Reservas				
Reservas legais	1 485 070,04	-		1 485 070,04
Outras Reservas	-			-
Resultados transitados	24 122 494,33	8 447 829,84		32 570 324,17
Ajustamentos em ativos financeiros	361 594,41	74 079,30		435 673,71
Excedentes de revalorização	17 823 972,55		(78 652,40)	17 745 320,15
Resultado líquido do período	-			-
Ano 2023	7 840 127,28		(7 840 127,28)	-
Ano 2024	-	12 980 764,22		12 980 764,22
Outras variações no Património Líquido	42 397 682,25	30 751 013,63	(19 954 454,95)	53 194 240,93
Total do Património/Capital	280 465 567,51	52 253 686,99	(27 873 234,63)	304 846 019,87

O resultado líquido consolidado do presente exercício é positivo, no montante de 12.980.764,22 euros.

- **Resultados transitados**

De acordo com a ata de aprovação de contas em Assembleia Municipal, datada de 19 de abril de 2024, foi deliberada a incorporação total do resultado líquido do período de 2023, no montante de 7.840.127,28 euros, na rubrica de Resultados Transitados.

- **Ajustamentos em Ativos financeiros**

Com a aplicação do método de equivalência patrimonial foram efetuados ajustamentos na Cooperativa Tapada Nacional de Mafra.

- **Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis**

O valor registado na conta #58 - Excedentes de Revalorização de Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis diz respeito a regularizações de depreciações regulares e abates efetuados no ano de 2024.

- **Outras variações no Património Líquido**

Em junho de 2024, na conta 59711, forma reconhecidos como ativo as infraestruturas de telecomunicações no montante de 13.836.542,92 euros, conforme consta no ponto 5.

Foram reconhecidas, na Conta 59719, três viaturas no âmbito da transferência de competências da Saúde no montante de 109.500,00 euros.

Foram ainda desreconhecidos os bens da GNR do Livramento e o direito de superfície a favor da GDU Ericeirense, nos montantes de 159.450,88 euros e 230.000,00 euros, respetivamente.

27. Fornecedores

A 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de "Fornecedores" decompõem-se da seguinte forma:

Rubricas	Euros			
	2024 Corrente	2024 Não Corrente	2023 Corrente	2023 Não Corrente
Fornecedores	2 136 438,29		2 599 700,10	
Fornecedores de Investimento	1 208 693,99	1 543 750,00	462 500,00	2 006 250,00
Total de Fornecedores	**3 345 132,28**	**1 543 750,00**	**3 062 200,10**	**2 006 250,00**

28. Outras contas a pagar

A rubrica de "Outras contas a pagar", a 31 de dezembro de 2024 e 2023, apresenta a seguinte decomposição:

Rubricas	Euros			
	2024		2023	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Credores por acréscimos de custos				
Pessoal	-	-	-	-
Remunerações a Liquidar	4 339 347,54	-	3 975 120,99	-
Juros a Liquidar	159 226,14	-	178 782,02	-
Aquisição de Bens e Serviços	904 376,31	-	417 076,04	-
Outros acréscimos de custos	550 664,76		414 921,53	
Outras contas a pagar				
Sindicatos	1 418,06	-	1 328,74	-
Outros credores	856 400,93	9 241 957,39	554 660,82	5 056 241,46
Total de Outras contas a pagar	**6 811 433,74**	**9 241 957,39**	**5 541 890,14**	**5 056 241,46**

29. Credores por transferências e subsídios concedidos

A 31 de dezembro de 2024 e 2023, o detalhe da rubrica " Credores por transferências e subsídios concedidos" é a seguinte:

Rubricas	Euros	
	2024 Corrente	2023 Corrente
Outros	23 383,07	2 492,29
Total de Credores por transferências e subsídios concedidos	**23 383,07**	**2 492,29**

30. Fornecimentos e serviços externos

No período de 2024 e 2023, o detalhe da rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" é o seguinte:

Rubricas	Euros	
	2024	2023
Subcontratos	12 424 563,67	11 235 150,03
Serviços especializados	13 053 538,63	10 696 873,14
Materiais de consumo	1 343 061,19	1 382 129,23
Energia e fluidos	5 170 519,45	5 273 814,37
Deslocações, estadas e transportes	187 162,29	244 170,97
Serviços diversos	6 035 353,18	5 618 649,22
Total de fornecimentos e serviços externos	**38 214 198,41**	**34 450 786,96**

31. Outros rendimentos e ganhos

O detalhe da rubrica "Outros rendimentos e ganhos" a 31 de dezembro de 2024 e 2023 é apresentado no quadro seguinte:

Rubricas	Euros	
	2024 Corrente	2023 Corrente
Proveitos suplementares	293 075,06	300 988,34
Rendimentos em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	2 925,64	3 068,55
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	1 345 210,94	1 466 317,78
Outros rendimentos	2 893 190,50	2 193 855,10
Total de Outros rendimentos e ganhos	**4 534 402,14**	**3 964 229,77**

32. Outros gastos e perdas

O detalhe da rubrica "Outros gastos e perdas" a 31 de dezembro de 2024 e 2023 é apresentado no quadro seguinte:

Rubricas	Euros	
	2024 Corrente	2023 Corrente
Impostos e Taxas	1 786 756,16	1 603 654,84
Quotizações	5 000,00	5 000,00
Dívidas Incobráveis	20 938,64	-
Gastos e perdas em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	233 421,26	316 612,65
Perdas em Existências	953,26	1 770,40
Correções Relativas a Exercícios Anteriores	31 545,40	31 274,91
Outros gastos	23 933,29	1 036 133,70
Total de Outros gastos e perdas	**2 102 548,01**	**2 994 446,50**

33. Gastos ou reversões de depreciações e amortizações

O detalhe da rubrica "Gastos ou reversões de depreciações e amortizações" a 31 de dezembro de 2024 e 2023 é apresentado no quadro seguinte:

Rubricas	Euros	
	2024 Corrente	2023 Corrente
Propriedades de Investimento		
Edifícios e Outras Construções	339 543,72	384 766,01
Sub-total de depreciações em Propriedades de Investimento	**339 543,72**	**384 766,01**
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural		
Edifícios e outras construções	1 119 807,08	1 089 052,16
Infraestruturas	11 072 526,38	10 659 626,13
Sub-total de depreciações em Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	**12 192 333,46**	**11 748 678,29**
Outros Ativos Fixos Tangíveis		
Edifícios e Outras Construções	4 205 613,71	3 921 262,10
Equipamento Básico	1 845 953,06	1 958 813,71
Equipamento de Transporte	506 840,67	362 544,35
Equipamento Administrativo	199 519,56	320 397,85
Outros ativos fixos tangíveis	790 812,92	1 143 361,72
Sub-total de depreciações em Ativos Tangíveis	**7 548 739,92**	**7 706 379,73**
Ativos Intangíveis		
Programas de computador e sistemas de informação	827 471,43	603 509,96
Outros	1 398 727,28	1 272 727,27
Sub-total de amortizações em Ativos Intangíveis	**2 226 198,71**	**1 876 237,23**
Total de Gastos/reversões de depreciação e amortização	**22 306 815,81**	**21 716 061,26**

34. Juros e rendimentos similares obtidos

O detalhe da rubrica "Juros e rendimentos similares obtidos" a 31 de dezembro de 2024 e 2023 é apresentado no quadro seguinte:

Rubricas	Euros	
	2024 Corrente	2023 Corrente
Juros Obtidos	373 338,32	239 881,97
Dividendos obtidos	-	16 073,61
Total de Juros e rendimentos similares obtidos	**373 338,32**	**255 955,58**

35. Juros e gastos similares suportados

O detalhe da rubrica "Juros e gastos similares suportados" a 31 de dezembro de 2024 e 2023 é apresentado no quadro seguinte:

Rubricas	Euros	
	2024 Corrente	2023 Corrente
Juros Suportados	2 074 496,30	2 215 760,23
Outros Custos e Perdas Financeiros	95 841,33	65 244,40
Total de Juros e gastos similares suportados	**2 170 337,63**	**2 281 004,63**

36. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O detalhe da rubrica "Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas" a 31 de dezembro de 2024 e 2023 é apresentado no quadro seguinte:

Rubricas	Euros	
	2024 Corrente	2023 Corrente
Mercadorias	4 366 878,74	4 259 053,44
Matérias-primas	278 699,28	166 300,43
Materiais diversos	550 250,94	677 389,94
Total de Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	**5 195 828,96**	**5 102 743,81**

37. Trabalhos para a própria entidade

Os Trabalhos para a própria entidade respeitam, em grande parte, a serviços prestados pela GIATUL ao Município de Mafra, registados pelo município em Ativos não correntes, tanto em 2024 como em 2023.

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

No âmbito da aplicação das Normas de Contabilidade Pública (NCP) expressas do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado no Decreto-Lei n°. 192/2015, de 11 de setembro, em concreto com a aplicação da NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, é necessário nas Contas consolidadas do Município apresentar:

a. Uma demonstração consolidada do desempenho orçamental;

b. Uma demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza.

Conforme já referido no seu relatório individual, a GIATUL apresentou, pela primeira vez em 2023, as suas demonstrações orçamentais de acordo com as Normas de Contabilidade Pública (NCP) expressas do Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Publica (SNC-AP), publicado no Decreto-Lei n.° 792/2015, de 11 de setembro.

Conforme já referido no Relatório anual consolidado, o perímetro de consolidação do Município de Mafra é composto, então, em 2024 por três entidades que, por imposição legal, são obrigadas a apresentar demonstrações orçamentais consolidadas (o próprio Município de Mafra, os SMAS e a GIATUL), pelo que, as demonstrações orçamentais de 2024 a seguir apresentadas passam a incluir os efeitos das três entidades que apresentam Contabilidade e Relato Orçamental a nível individual.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

	Rubricas	Euros 2024
	Saldo Gerência Anterior	
	Operações Orçamentais (1)	25 059 545,96
	Restituição de saldos de operações orçamentais	0,00
	Operações Tesouraria (A)	5 881 709,19
	Receita corrente	**122 533 824,79**
R1	Receita fiscal	47 440 492,62
R11	Impostos diretos	47 440 492,62
R12	Impostos indiretos	0,00
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	11 855 716,17
R4	Rendimentos de propriedade	537 794,97
R5	Transferências Correntes	25 661 086,05
R51	Administrações Públicas	25 244 767,81
R511	Administração Central - Estado	24 375 992,73
R512	Administração Central - Outras entidades	454 318,89
R513	Segurança Social	0,00
R514	Administração Regional	0,00
R515	Administração Local	414 456,19
R52	Exterior - UE	20 367,52
R53	Outras	395 950,72
R6	Venda de bens e serviços	35 797 767,63
R7	Outras receitas correntes	1 240 967,35
	Receita de capital	**21 721 849,14**
R8	Venda de bens de investimento	1 573 001,01
R9	Transferências de Capital	18 182 974,91
R91	Administrações Públicas	17 424 527,96
R911	Administração Central - Estado	9 181 155,93
R912	Administração Central - Outras entidades	8 243 372,03
R913	Segurança Social	0,00
R914	Administração Regional	0,00
R915	Administração Local	0,00
R92	Exterior - UE	0,00
R93	Outras	758 446,95
R10	Outras receitas de capital	1 780 308,12
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	185 565,10
R13	Receita com passivos financeiros	0,00
	Receita efetiva (2)	**144 255 673,93**
	Receita não efetiva (3)	**0,00**
R12	Receita com ativos financeiros	0,00
R13	Receita com passivos financeiros	0,00
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	**169 315 219,89**
	Operações de tesouraria [B]	**9 139 906,78**

	Rubricas	Euros 2024
	Despesa corrente	**91 823 791,50**
D1	Despesas com pessoal	32 347 167,22
D11	Remunerações certas e permanentes	25 215 648,12
D12	Abonos variáveis ou eventuais	1 046 676,92
D13	Segurança Social	6 084 842,18
D2	Aquisição de bens e serviços	42 528 938,04
D3	Juros e outros encargos	3 056 692,32
D4	Transferências correntes	9 339 434,31
D41	Administrações públicas	5 320 638,67
D411	Administração Central - Estado	0,00
D412	Administração Central - Outras entidades	0,00
D413	Segurança Social	0,00
D414	Administração Regional	0,00
D415	Administração Local	5 320 638,67
D42	Instituições sem fins lucrativos	2 945 094,19
D43	Famílias	649 505,22
D44	Outras	424 196,23
D5	Subsídios	457 411,83
D6	Outras despesas correntes	4 094 147,78
	Despesa de capital	**43 678 296,06**
D7	Aquisição de bens de capital	36 461 441,25
D8	Transferência de capital	709 305,50
D81	Administrações públicas	45 178,04
D811	Administração Central - Estado	0,00
D812	Administração Central - Outras entidades	0,00
D813	Segurança Social	0,00
D814	Administração Regional	0,00
D815	Administração Local	45 178,04
D82	Instituições sem fins lucrativos	664 127,46
D83	Famílias	0,00
D84	Outras	0,00
D9	Outras despesas capital	6 507 549,31
	Despesa efetiva (5)	**135 502 087,56**
	Despesa não efetiva (6)	**6 013 916,76**
D10	Despesa com ativos financeiros	0,00
D11	Despesa com passivos financeiros	6 013 916,76
	Soma [7]=[5]+[6]	**141 516 004,32**
	Operações de tesouraria [C]	**7 343 432,71**
	Saldo para a gerência seguinte	**35 477 398,83**
	Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	27 799 215,57
	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	7 678 183,26
	Saldo global [2] - [5]	**8 753 586,37**
	Despesa primária	132 445 395,24
	Saldo corrente	30 710 033,29
	Saldo de capital	-22 142 012,02
	Saldo primário	11 810 278,69
	Receita total [1] + [2] + [3]	169 315 219,89
	Despesa total [5] + [6]	141 516 004,32

Órgão Executivo

Órgão Deliberativo

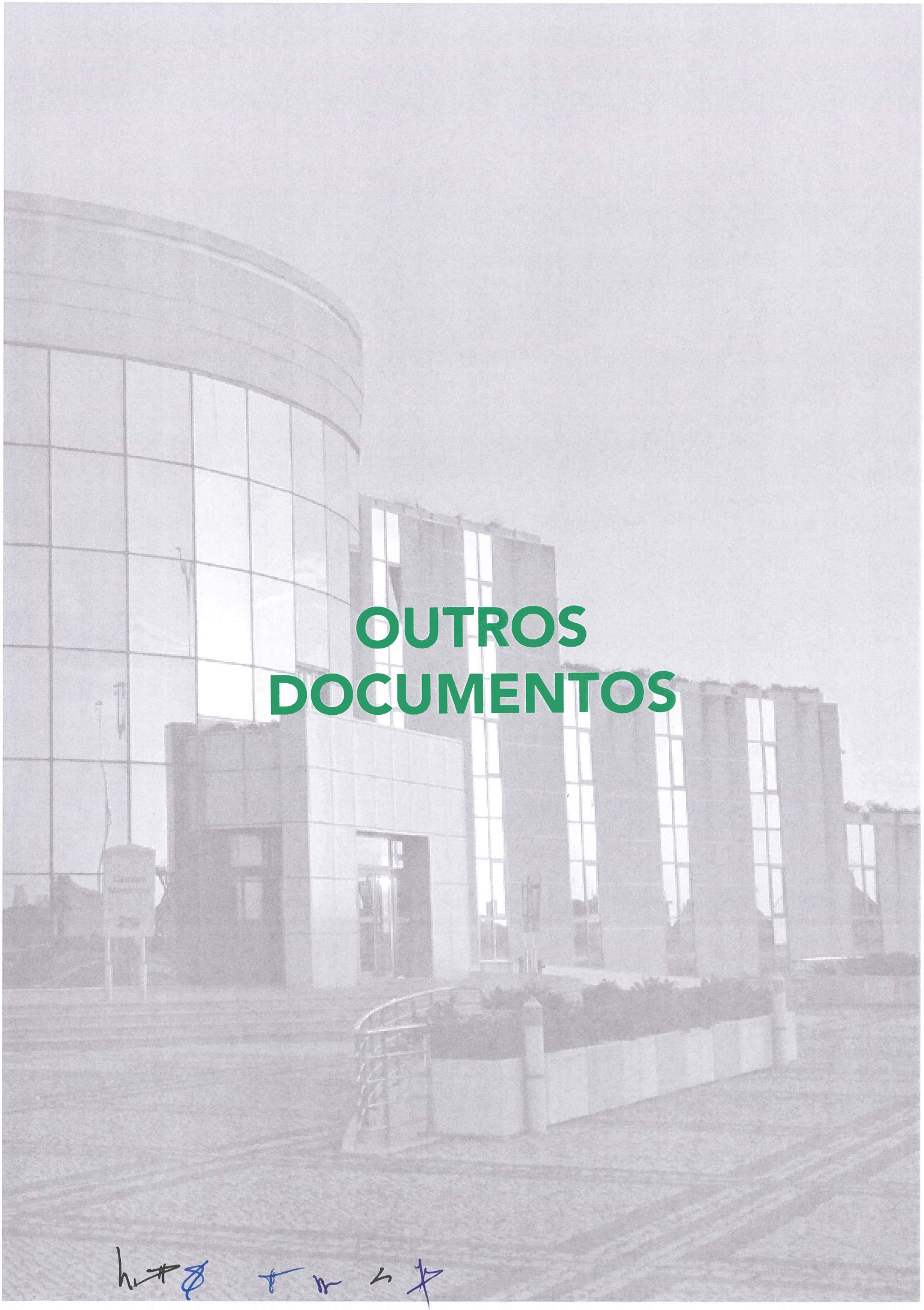
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA

Rubrica	Liquidações	Euros 2024
	Receita corrente	**3 479 954,30**
R1	Receita fiscal	0,00
R11	Impostos diretos	0,00
R12	Impostos indiretos	0,00
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	161 496,63
R4	Rendimentos de propriedade	8 606,12
R5	Transferências Correntes	0,00
R51	Administrações Públicas	0,00
R511	Administração Central - Estado	0,00
R512	Administração Central - Outras entidades	0,00
R513	Segurança Social	0,00
R514	Administração Regional	0,00
R515	Administração Local	0,00
R52	Exterior - UE	0,00
R53	Outras	0,00
R6	Venda de bens e serviços	3 142 360,16
R7	Outras receitas correntes	167 491,39
	Receita de capital	**1 888,94**
R8	Venda de bens de investimento	400,00
R9	Transferências de Capital	0,00
R91	Administrações Públicas	0,00
R911	Administração Central - Estado	0,00
R912	Administração Central - Outras entidades	0,00
R913	Segurança Social	0,00
R914	Administração Regional	0,00
R915	Administração Local	0,00
R92	Exterior - UE	0,00
R93	Outras	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	1 488,94
	Receita efetiva (2)	**3 481 843,24**
	Receita não efetiva (3)	**0,00**
R12	Receita com ativos financeiros	0,00
R13	Receita com passivos financeiros	0,00
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	**3 481 843,24**

Rubrica	Obrigações	Euros 2024
	Despesa corrente	**834 752.22**
D1	Despesas com pessoal	393 132,86
D11	Remunerações certas e permanentes	312 619,72
D12	Abonos variáveis ou eventuais	13 706,88
D13	Segurança Social	66 806,26
D2	Aquisição de bens e serviços	322 476,33
D3	Juros e outros encargos	0,00
D4	Transferências correntes	22 383,15
D41	Administrações públicas	0,00
D411	Administração Central - Estado	0,00
D412	Administração Central - Outras entidades	0,00
D413	Segurança Social	0,00
D414	Administração Regional	0,00
D415	Administração Local	0,00
D42	Instituições sem fins lucrativos	18 600,00
D43	Famílias	3 783,15
D44	Outras	0,00
D5	Subsídios	0,00
D6	Outras despesas correntes	96 759,88
	Despesa de capital	**140 384,13**
D7	Aquisição de bens de capital	140 384,13
D8	Transferência de capital	0,00
D81	Administrações públicas	0,00
D811	Administração Central - Estado	0,00
D812	Administração Central - Outras entidades	0,00
D813	Segurança Social	0,00
D814	Administração Regional	0,00
D815	Administração Local	0,00
D82	Instituições sem fins lucrativos	0,00
D83	Famílias	0,00
D84	Outras	0,00
D9	Outras despesas capital	0,00
	Despesa efetiva (5)	**975 136,35**
	Despesa não efetiva (6)	**0,00**
D10	Despesa com ativos financeiros	0,00
D11	Despesa com passivos financeiros	0,00
	Soma [7]=[5]+[6]	**975 136,35**

Órgão Executivo

Órgão Deliberativo



OUTROS DOCUMENTOS

RSM & Associados – Sroc, Lda

Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 Lisboa(Sede)
T: +351 21 3553 550 E: geral.lisboa@rsmpt.pt
Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 Porto
T: +351 22 2074 350 E: geral.porto@rsmpt.pt

www.rsmpt.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Município de Mafra (o Grupo Autárquico), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 434.286.268 euros e um total do património líquido de 304.846.020 euros, incluindo um resultado líquido de 12.980.764 euros), a demonstração dos resultados por naturezas consolidada, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos ou possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para opinião com reservas", as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Grupo Autárquico em 31 de dezembro de 2024, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

1. A Certificação Legal das Contas individuais do Município apresenta as seguintes reservas, com o respetivo impacto nas demonstrações financeiras consolidadas:

   a) "Conforme temos referido em exercícios anteriores, a inventariação dos bens do Ativo Imobilizado do Município, a sua depreciação, registos prediais e notariais, designadamente os que foram objeto da inventariação inicial no exercício de 2002, apesar das diligências, atualizações e levantamentos que têm vindo a ser postos em prática, não permitem, ainda, confirmar sobre a validação na totalidade dos valores registados.

   b) Conforme referido na Nota 5 do anexo às Demonstrações Financeiras, para efeitos da aplicação da NCP-4, no exercício de 2023, o Município tem reconhecido em Balanço o acordo de concessão de serviços com a E-Redes, S.A, nos ativos Municipais, pelo valor líquido de 11.561.387,43 euros, de acordo com os dados fornecidos pela entidade. Em cumprimento da Base XXXVII do Capítulo VI do Anexo IV do Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro, foi reconhecida a indemnização por resgate de concessão, no valor de 10.351.012,00 euros. Em fevereiro de 2025, o Município solicitou informação atualizada reportada a 31/12/2024, tendo sido disponibilizada informação provisória, não auditada e de forma agregada, com a justificação de que a E-Redes só terá condições de disponibilizar os dados detalhados após conclusão do

RSM & Associados - Sroc, Lda é uma firma independente, membro da RSM International. RSM International é a denominação de uma rede internacional de entidades jurídicas independentes que prestam serviços profissionais de contabilidade e consultadoria. RSM International não corresponde, em qualquer jurisdição, a uma entidade legalmente reconhecida.

Inscrição na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº 21 | Inscrição na lista de Auditores da CMVM sob o nº 20161380
NIPC 501 612 181 | Capital Social 144.000€

processo de certificação das contas reguladas, indicando o final do mês de maio de 2025 como data previsível.

Face ao referido, foram efetuados os registos contabilísticos inerentes ao ajuste do reconhecimento provisório, atualizando-se o valor do ativo líquido para 11.969.690,47 euros e o valor de resgate ou de indemnização para 10.423.047,00 euros (verba registada no passivo não corrente, em financiamentos obtidos). Pelo já referido, não foi possível obter, de forma detalhada, toda a informação de cada um dos ativos afetos e respetivas vidas úteis, que permita o adequado reconhecimento de tais ativos, pelo que não nos podemos pronunciar sobre os possíveis efeitos que daí possam advir.

Neste enquadramento, de incerteza significativa e situações dependentes de eventos futuros, a "Orientação Técnica nº1", emitida pela Comissão de Normalização Contabilística, em 18 de fevereiro de 2025, concluiu apenas pela necessidade de divulgar no anexo os elementos informativos disponíveis relativos à referida concessão."

De realçar que, após aprovação das contas individuais, o Município recebeu, a 3 de junho de 2025, a informação detalhada final acima referida, encontrando-se a decorrer a análise da mesma por parte dos Serviços do Município, pelo que se mantém a nossa incerteza quanto sobre os possíveis efeitos que daí possam advir.

2. As demonstrações financeiras da Empresa Municipal "Giatul, E.M., S.A.", referentes ao exercício de 2024, foram examinadas por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, apresentando na respetiva Certificação Legal das Contas a reserva, que se transcreve:

"Relativamente ao exercício anterior, findo a 31/12/2023, que se encontra apresentado nas demonstrações financeiras como comparativo, a Certificação Legal das Contas emitida contém uma reserva que não se aplica ao exercício findo a 31/12/2024, por terem sido desreconhecidos os ativos intangíveis no valor total, dos saldos em apreço, de 5,7 milhões de euros. A seguir transcreve-se a reserva que consta na Certificação Legal das Contas relativa ao exercício anterior, findo a 31/12/2023:

Na rubrica de ativos intangíveis encontra-se reconhecido o valor de 5,7 milhões de euros referente a direitos de superfície de um conjunto de terrenos onde atualmente existem estruturados edifícios escolares pertença do Município de Mafra e provindos da liquidação da MAFRAEDUCA, S.A. em 2023. Em deliberação de Conselho de Administração de 20 de dezembro de 2023 da Entidade, foi evocado que esta não tem qualquer expectativa atual e futura de uso dos mencionados direitos de superfície, em consequência da operação de internalização e liquidação da sociedade MAFRAEDUCA, S.A., com a transferência de todos os ativos e passivos para o Município de Mafra. Desta forma, é a nossa opinião que deveriam ter sido desreconhecidos esses direitos de superfície contabilizados em Ativos intangíveis pela globalidade do valor. Se tivesse sido reconhecida essa menos valia, o resultado líquido do exercício, o ativo e os capitais próprios seriam inferiores em 5,7 milhões de euros."

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

1. As demonstrações financeiras dos "SMAS de Mafra", referentes ao exercício de 2024, também auditadas pela "RSM & Associados SROC", apresentam na Certificação Legal das Contas duas ênfases, que se transcrevem:

   a) "Em conformidade com a nota 3 do Anexo às Demonstrações Financeiras, os "SMAS de Mafra" reconhecem um ativo intangível sempre que o mesmo seja identificável, seja exercido controlo sobre o mesmo, seja provável que fluam benefícios económicos futuros para os SMAS e o seu custo seja fiavelmente mensurado, encontrando-se os ativos intangíveis registados ao custo de aquisição deduzidos das respetivas amortizações acumuladas. Desta forma os "outros ativos intangíveis" evidenciam o valor da indemnização referente à reposição do equilíbrio económico-financeiro do contrato e resgate antecipado da concessão de abastecimento de água de 7.000.000 euros, cujo valor líquido em 31.12.2024 era de 212.121 euros, tendo-se definido a taxa de depreciação com base e em função da data em que terminava a concessão (2025)."

   b) "Em conformidade com o referido na nota 5 do anexo às demonstrações financeiras, em 2020 foram finalizados os inventários de todas as infraestruturas do sistema de Abastecimento de Água e do Sistema de Saneamento, dando continuidade à Implementação do Sistema de Gestão Patrimonial desta Entidade Gestora.

   Através da análise comparativa das vidas úteis, que tomou em consideração a legislação, orientações e estudos técnicos existentes sobre o setor de atividade dos SMAS de Mafra, e considerando os serviços que, "a norma de Contabilidade Pública 5 do SNC-AP estabelece que na determinação da vida útil dos ativos devem ser considerados fatores de utilização esperada do ativo, desgaste físico esperado e obsolescência técnica e comercial", "é de especial relevância o conhecimento específico do setor das águas apresentado pelos estudos técnicos", foi "entendido que as vidas úteis indicadas no estudo ERSAR dão a imagem mais apropriada da vida útil das infraestruturas e equipamentos de abastecimento e saneamento dos SMAS de Mafra". Os SMAS de Mafra optaram por seguir, para os bens dessa natureza, de forma sustentada os anos de vida útil indicados no estudo da ERSAR, para determinação das depreciações. Na análise desta matéria, conforme referido no anexo do relatório e contas, foram também tomados em consideração os conceitos de anos de vida útil apresentados no normativo legal "Classificador Complementar 2", elaborado no âmbito da entrada em vigor do SNC-AP."

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão executivo pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão executivo é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo Autárquico de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas;

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade do Grupo Autárquico de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo Autárquico;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão executivo;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão executivo, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo Autárquico para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo Autárquico descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas

Auditámos as demonstrações orçamentais anexas do Grupo que compreendem a demonstração consolidada do desempenho e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

O órgão executivo é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas do Grupo. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública 26 (NCP26) do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão consolidado

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 13 de junho de 2025

RSM & ASSOCIADOS - SROC, LDA
representada por Joaquim Patrício da Silva (ROC nº 320)
registado na CMVM com o nº 20160076

RSM & Associados – Sroc, Lda

Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 Lisboa(Sede)
T: +351 21 3553 550 E: geral.lisboa@rsmpt.pt
Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 Porto
T: +351 22 2074 350 E: geral.porto@rsmpt.pt

www.rsmpt.pt

AO
MUNICÍPIO DE MAFRA

Assunto: **Parecer do auditor externo sobre os documentos de prestação de contas consolidadas do exercício de 2024**

Lisboa, 13 de junho de 2025

1. Nos termos do n.º 2 do Artigo 77.º, da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, examinámos o Relatório e contas consolidado do Município de Mafra, reportado a 31 de dezembro de 2024.

2. De acordo com as análises a que procedemos, as contas consolidadas agora apresentadas expressam o resultado das operações registadas no exercício.

3. Considerando o relatório e contas consolidados do exercício de 2024, e tendo em conta o referido na Certificação Legal das Contas Consolidadas por nós emitida, é nosso parecer:

   a) que os referidos elementos de prestação de contas consolidadas foram elaborados de acordo com as disposições contabilísticas e legais aplicáveis, e

   b) que refletem a situação consolidada do Município, em 31 de dezembro de 2024.

   Nestas circunstâncias, os elementos de prestação de contas consolidadas, estão em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Municipal.

RSM & ASSOCIADOS - SROC, LDA
representada por Joaquim Patrício da Silva (ROC nº 320)
registado na CMVM com o nº 20160076

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING

RSM & Associados - Sroc, Lda é uma firma independente, membro da RSM International. RSM International é a denominação de uma rede internacional de entidades jurídicas independentes que prestam serviços profissionais de contabilidade e consultadoria. RSM International não corresponde, em qualquer jurisdição, a uma entidade legalmente reconhecida.

Inscrição na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº 21 | Inscrição na lista de Auditores da CMVM sob o nº 20161380
NIPC 501 612 181 | Capital Social 144.000€